

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

JOANA DARC XAVIER ALVES

MUITO ALÉM DA HISTORIOGRAFIA: CAMINHOS E SABERES DAS
MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE ARAPUTANGA/MT

São Leopoldo

2017

JOANA DARC XAVIER ALVES

MUITO ALÉM DA HISTORIOGRAFIA: CAMINHOS E SABERES DAS
MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE ARAPUTANGA/MT

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Gênero, Feminismos
e Diversidade

Orientador: André Sidnei Musskopf

São Leopoldo

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474m Alves, Joana Darc Xavier

Muito além da historiografia : caminhos e saberes das
mulheres no processo de colonização de Araputanga/MT /
Joana Darc Xavier Alves ; orientador André Sidnei Muszkopf.
– São Leopoldo : EST/PPG, 2017.

98 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2017.

1. Mulheres – Mato Grosso – Condições sociais. 2.
Mulheres - História. 3. Feminismo. 4. Araputanga (MT) -
História. I. Muszkopf, André S. (André Sidnei), 1976-. II.
Título.

JOANA DARC XAVIER ALVES

MUITO ALÉM DA HISTORIOGRAFIA: CAMINHOS E SABERES DAS
MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE ARAPUTANGA/MT

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Linha de Pesquisa: Gênero, Feminismo
e Diversidade

Data de aprovação: 05 de janeiro de 2017

André Sidnei Musskopf – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Karen Hellen Kepler Wondracek – Doutora em Teologia – Faculdades EST

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai, Filho e Espírito Santo, fontes de amor, bondade e sabedoria.

Ao meu pai e à minha mãe, que sempre lutaram comigo em meus estudos partilhando a todo o momento com muito otimismo e financeiramente.

Ao meu esposo, que nunca deixou de apoiar minhas decisões com muita alegria.

Aos meus filhos, que vieram ao mundo para dar mais sentido à minha vida.

Às minhas irmãs, cunhados, sobrinhos e familiares que caminharam comigo nas alegrias e angústias.

Aos amigos e amigas da Escola Estadual João Sato, Escola Pe. José de Anchieta e FCARP, ambas localizadas no município de Araputanga-MT, que sempre ofereceram ombros nos momentos que mais precisava.

À Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) grande estimuladora para o alcance dessa vitória, e à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso pelo apoio.

Ao meu orientador, professor Dr. André Sidnei Musskopf, que me proporcionou o privilégio de compartilhar do seu grande conhecimento em minha orientação.

A todos e todas profissionais das Faculdades EST, que contribuíram para a minha formação de forma tão prazerosa durante a estadia nessa instituição e na cidade.

À professora Karen Hellen Kepler Wondracek, que me proporcionou uma acolhida amiga na primeira semana de aula/2015 mostrando a importância do estudo de Teologia

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que participaram do processo histórico do município de Araputanga-MT e que com seus saberes deixaram marcas e sinais na História, em especial às 08 mulheres cujas narrativas contribuíram com este estudo, mesmo as que estão *in memoriam*.

Por aquelas que foram bem amadas
E por todas que vivem em segredo
E as que vivem na vida a dor e o medo
Onde o amor é a súbita certeza
Onde voz e silêncio se confundem
Misturando alegria com tristeza
E é com elas que a luz se torna intensa
Como um sol que ilumina a escuridão
Onde o amor brilhará com mais beleza
Só por elas mais forte que paixão
Os sorrisos do mundo esparramado
As sementes que brilham na imensidão.
(Mulheres. Zé Ramalho)

[...] A dona de casa está investida de todos os tipos de função. Primeiramente, dar à luz e criar filhos que leva consigo e, a partir do momento em que sabem andar, acompanham-no por toda parte [...]. Segunda função: a manutenção da família, os 'trabalhos domésticos', expressão que tem um sentido muito amplo, incluindo a alimentação, o aquecimento, a conservação da casa e da roupa [...] Finalmente, ela se esforça em trazer a família unida [...].

Michelle Perrot

RESUMO

A historiografia, durante muito tempo, foi escrita a partir de um olhar eurocêntrico, masculinizado e elitizado. Mais recentemente, a ciência histórica vem dando espaços e vozes a muitos/as que foram silenciados/as. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a construção histórica do Município de Araputanga/MT no período da colonização, nas décadas de 1960 e 1970, visibilizando narrativas de vida de mulheres, identificando seus *saberes e silêncios vividos e suas resistências*. Entendendo ainda que o ensino nas escolas tem uma matriz sexista, propõe-se o estudo de gênero para o processo de desconstrução dessa forma de entendimento social, possibilitando o nascimento de escolas mais inclusivas, com novas formas de interpretação de mundo. A pesquisa é fenomenológica, com característica qualitativa, pressupondo a compreensão dos diferentes fenômenos presentes na realidade estudada. Para sua construção, foram utilizadas 08 entrevistas com mulheres colonizadoras. As entrevistas estão arquivadas no acervo do Centro de História Educação e Cultura da cidade. Também foram utilizadas leituras bibliográficas e documentos escritos e digitalizados e guardados no órgão em questão. Os dados foram analisados partindo de uma abordagem metodológica feminista facilitando as ressignificações da escrita histórica do período em questão, visibilizando a história das mulheres e seus saberes.

Palavras-chave: História. Mulheres. Feminismo. Saberes. Visibilização.

ABSTRACT

For a long time, historiography was written from a Eurocentric, masculinized and elitist perspective. More recently, historic science has been giving spaces and voices to many who were silenced. The goal of this research paper is to analyze the historical construction of the Araputanga/MT municipality in the period of the colonization, in the decades of the 1960s and 1970s, making visible the life narratives of women, identifying their *lived knowledges and silences and their resistences*. Besides this, there is the understanding that the teaching in the schools have a sexist matrix, thus one proposes the study of gender for the deconstruction process of this form of social understanding, propitiating the possibility of the birth of more inclusive schools, with new ways of interpreting the world. The research is phenomenological, with a qualitative characteristic, pre-supposing the comprehension of the different phenomena present in the reality studied. For its construction, 8 interviews were used with women colonizers. The interviews are filed in the archives of the Center of History, Education and Culture of the city. Bibliographic readings and written and digitalized documents stored in the referred organization were also used. The data were analyzed based on a feminist methodology facilitating the re-significations of the historical writing of the period in question, granting visibility to the history of the women and their knowledge.

Keywords: History. Women. Feminism. Knowledges. Making visible.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 HISTÓRIA DAS MULHERES, FEMINISMO E GÊNERO.....	23
1.1 Um olhar sobre a história das mulheres	23
1.2 Feminismo	31
1.3 Entendendo o <i>conceito</i> de gênero.....	37
2 AS TEIAS, ENREDOS E SILÊNCIOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA ARAPUTANGUENSE	43
2.1 Os silêncios e vazios promovidos pela escrita histórica	43
2.2 “Araputanga que eu amo. É aqui que eu quero ficar...”	48
2.3 Mulheres guardiãs de saberes: sussurros que se tornam gritos	56
2.3.1 <i>Filomena Gentile da Silva</i>	58
2.3.2 <i>Altina Cândida Xavier</i>	59
2.3.3 <i>Marisa José Pardim da Silva</i>	61
2.3.4 <i>Maria Mamedes Borges</i>	63
2.3.5 <i>Adelaide Cardoso</i>	65
2.3.6 <i>Maria Lina da Silva</i>	67
2.3.7 <i>Elizabeth Eiko Nagagi Sato</i>	68
2.3.8 <i>Maria Figueiredo dos Santos</i>	69
3 A SOCIABILIZAÇÃO DOS SABERES	71
3.1 Entre o privado e o público: saindo da (in)visibilidade	71
3.2 Estudos de Gênero na escola: uma proposta para (des)construir a invisibilidade das mulheres.....	83
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado intitulada **Muito além da historiografia: caminhos e saberes das mulheres no processo de colonização de Araputanga/MT** tem por objetivo visibilizar narrativas de vida de mulheres no processo de colonização de Araputanga-MT, identificando seus saberes e silêncios. Para tanto, utiliza-se da categoria de gênero como elemento importante de desconstrução de narrativas excludentes e, ao mesmo tempo, no processo de construção de uma sociedade mais inclusiva.

O interesse pela temática tem ligação com a minha história de vida da autora. Sou oriunda de Araputanga, cidade do interior de Mato Grosso, filha primogênita em um total de três meninas, de família patriarcal e pioneira da região. Nosso pai, sempre zeloso com educação das filhas, reafirmava características de independência financeira e preocupação com a manutenção do sobrenome do patriarca, motivação para a não colocação do sobrenome da mãe nos documentos das filhas. A nossa mãe, por sua vez, incentivava as filhas para os estudos e uma profissionalização, levando também a uma autonomia financeira e saindo dos moldes sexistas e da dependência em que as mulheres eram educadas.

Outros fatores que despertaram o interesse pela temática foram as inquietações surgidas da atuação como docente na disciplina de História no Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas e privadas, onde os silêncios e invisibilizações de determinados grupos sociais se processam com a homogeneização dos acontecimentos e fatos históricos. Também o acesso ao acervo do Centro de História, Educação e Cultura do município possibilitou o contato com as entrevistas transcritas e digitalizadas de mulheres pioneiras e colonizadoras despertando olhares para novas pesquisas.¹

No tocante à academia, o contato com leituras, textos, discussões sobre a temática da história das mulheres e gênero se deu ainda de forma discreta no final da graduação/1996, com maior aprofundamento na Pós Graduação *lato sensu* em 2002. A partir desses contatos iniciais, participei como aluna especial na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) da disciplina “Gênero, História e

¹ Participei do processo de criação e organização do Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga-MT, trabalhando na instituição durante 06 anos (2007-2012), realizando grande parte das entrevistas que compõem o acervo atual.

Educação” e outra na Universidade Estadual (UNEMAT), também com a mesma linha de discussões em anos posteriores.

Por fazer parte de uma família pioneira silenciada pela escrita histórica e por crescer ouvindo gritos por justiça de muitos/as cidadãos/as que ficaram à margem, me interessei pela temática desde o período da graduação em História na Universidade Estadual de Mato Grosso. Nesse período realizei a pesquisa com a temática: História e Memória de Araputanga-MT nas décadas de 60, 70 e 80. A proximidade com leituras de Jacques Le Goff e Michael Pollak, que discutem a relação entre Memória e História também me incentivaram nessa caminhada. Como afirma Pollok: “[...] a memória deve ser entendida... como um fenômeno coletivo e social, ou seja... construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.²

Posteriormente, uma segunda pesquisa foi realizada analisando os discursos sobre a fundação da cidade, partindo do entendimento de duas educadoras do município. Esse estudo proporcionaria um contato mais frequente com as leituras feministas e do estudo de gênero, que fortalecia como um desconforto social pelo próprio desconhecimento do estudo, já que mexia com um modelo de sociedade arraigado há décadas. Margareth Rago esboçava o estudo do gênero naquele momento como sendo uma “Construção Social e Cultural das diferenças sexuais, assim definiu o ‘gênero’ categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que o cercava”.³

Após a realização dessas pesquisas, as inquietudes continuaram em relação aos silêncios das mulheres na historiografia, e o desejo de uma nova pesquisa já era uma realidade. Com a possibilidade de realização de um Mestrado, a definição do objeto foi clara e rápida. A história das mulheres em Araputanga sempre trouxera indagações: Qual a trajetória dessas mulheres nas documentações historiográficas existentes no município? Qual a importância dos cuidados e saberes praticados por essas mulheres no contexto estudado? Como se deu o processo de construção da história das mulheres? Qual a importância das mulheres na preservação da memória e da sociedade? Quais os silêncios promovidos pela historiografia local em se tratando das mulheres?

² POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 201.

³ RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998. p. 89-98. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51202>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Na conclusão de todas essas indagações ecoou a seguinte problematização: Quais os silêncios, invisibilidades, resistências e saberes promovidos pela historiografia em relação à história das mulheres no processo de colonização de Araputanga-MT e como os Estudos Feministas e de Gênero podem contribuir para a desconstrução de uma sociedade sexista e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

O interesse pela temática tomou proporções significativas e reais. No processo de elaboração do projeto, foi possível levantar a hipótese de que no processo conflitivo de colonização de Araputanga-MT, as mulheres foram silenciadas e (in)visibilizadas nos relatos e nas narrativas. A pesquisa com a perspectiva feminista ajudou a resgatar essa memória proporcionando ressignificações na escrita da história.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é fenomenológica com característica qualitativa e exploratória, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, podendo ainda ser identificada como descritiva, por ser essa a principal característica das pesquisas qualitativas, visto que serão detalhadas as características da região, da política e a identidade das pioneiras e da cidade, fugas e silêncios das mulheres de Araputanga.⁴

O estudo se situa no campo da Epistemologia Feminista, defende a fuga do pensamento sexista e propõe uma releitura do entendimento e da produção, trazendo para o contexto da história das “mulheres”.⁵ Essa metodologia exige caminhos simples e, ao mesmo tempo, complexos, como a escolha do tema, delineamento da pesquisa, com abordagens críticas e olhares intrínsecos mudando o direcionamento para o feminismo e o empoderamento das mulheres que é “fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres por meio da independência e do ganho de poder.”⁶ Desse modo, a subjetividade também compõe a pesquisa. Considera-se que o sujeito que investiga tem um olhar contextualizado, busca um público alvo, parte de uma perspectiva crítica e epistemológica do conhecimento.

⁴ TRIVINOS, Augusto N. Silva. *Introdução às pesquisas em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 40.

⁵ As aspas foram colocadas por mim para chamar atenção dos sujeitos pesquisados.

⁶ MAGESTE, Gizele de S.; MELO, Marlene Catarina de O.; L.; CKAGNAZARO, Ivan B. *Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações*. Minas Gerais: Eneo, 2008. p. 6. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2008/2008>. Acesso em: 16 fev. 2016.

A dissertação da pesquisa foi organizada em *03 capítulos*. Logo no primeiro capítulo, inicia-se com o aporte teórico, discutindo com os/as autores/as temáticas imprescindíveis para a pesquisa. Procura-se, no primeiro momento, o entendimento da história das mulheres e os espaços ocupados por elas em diversas sociedades e períodos históricos. Posteriormente, busca-se um entendimento do movimento feminista, partindo da etimologia da palavra até sua evolução histórica e variações em momentos variados. Logo em seguida, são discutidos o surgimento e a importância da categoria de gênero para a desconstrução de algumas verdades opressoras.

No segundo capítulo, parte-se das inquietações com os vazios e silêncios promovidos pela escrita histórica, discutindo inclusive o papel da história no processo de construção de verdades opressoras que culminam no silenciamento de muitos grupos sociais. Posteriormente é realizada uma contextualização e caracterização da cidade à qual o trabalho se refere e finaliza-se com as narrativas de oito mulheres. O foco dessas narrativas está em seus saberes e identidade e sua herança cultural no processo de colonização da cidade.

No terceiro e último capítulo discute-se as invisibilidades que ficaram visíveis em uma sociedade sexista de encobrimento dos saberes das mulheres e dos seus espaços. No entanto, com sutileza, as mulheres em um processo de resistência colaram-se na história. Por último, o trabalho encerra mostrando a importância de uma escola libertadora que questiona e pesquisa, saindo dos patamares tradicionais e apontando o estudo do gênero como motor para a desconstrução de uma sociedade excludente buscando cada vez mais a igualdade.

1 HISTÓRIA DAS MULHERES, FEMINISMO E GÊNERO

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam delas, que contam sua própria história e de suas antepassadas, e que permitam entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização.⁷

A citação faz referências à entrada de mulheres nas universidades e a criação de núcleos de pesquisas no Brasil a partir dos anos de 1970, proporcionando um novo despertar para o ensino e a pesquisa. As mulheres pesquisadoras passaram a reivindicar visibilidade, principalmente para as suas antepassadas, proporcionando ressignificações dos fatos históricos. O trabalho em questão propõe ressignificar a história das mulheres da cidade de Araputanga-MT, partindo, nesse primeiro momento, de uma reflexão sobre historiografia, buscando entender como o feminismo mudou as formas de leituras do mundo das mulheres e contribuiu para o seu empoderamento. Ao final, será discutido o conceito de gênero e como essas questões promovem uma maior *igualdade de direitos* entre homens e mulheres.

1.1 Um olhar sobre a história das mulheres

O lugar da mulher é na cozinha! Essa frase vem acompanhando a história das mulheres ao longo dos tempos, e mesmo com todas as lutas dos movimentos feminista(s), continua sendo proclamada em rodinhas de amigos e amigas, tanto por homens quanto mulheres. Esse tipo de manifestação reforça o entendimento sexista de sociedade, mesmo após toda a luta por igualdade de gênero.

No Séc. XVIII uma historiadora americana⁸ provocou a sociedade em questão com a frase “o lugar da mulher é nos livros de história”.⁹ Obviamente não era uma premunção, mais sim, um desafio proposto para historiadores (as) para os séculos seguintes quanto à escrita histórica, questionando os espaços e a ausência

⁷ RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista: Gênero e História. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade*. Florianópolis, Editora Mulheres. 1998. p. 34.

⁸ FERINGTON, Esther. *Awards & Honors: 2013 National Humanities Medalist*. Disponível em: <<https://www.neh.gov/about/awards/national-humanities-medals/anne-firor-scott>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

⁹ BOCK, Gisela. História, história das mulheres, história do gênero. *Penélope: Fazer e desfazer história*, n. 4, nov. 1989. p. 158-187.

das mulheres nos livros, na sociedade, na política, na arte e em tantos outros espaços não ocupados pelo chamado “sexo frágil”.

A história das mulheres tem sido marcada pela dominação masculina, exercida por meio da violência simbólica com ações incorporadas e com princípios naturalizados e aplicados às mulheres na forma de valores morais e éticos, tornando-se verdades absolutas e, na maioria das vezes, inquestionáveis. Segundo Bourdieu:

A relação de dominação, neste caso, exerce-se essencialmente através da violência simbólica, quer dizer, através da imposição de princípios de visão e de divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres, e em particular, ao corpo feminino.¹⁰

A violência simbólica proporciona uma aceitação das ações que se manifestam em discursos, vistos e entendidos como morais e éticos. Assim, sustentam o processo de naturalização da violência simbólica, impossibilitando, na maioria das vezes, a sua visibilização social, até mesmo pelas próprias vítimas. Como afirma Bourdieu, “[...] não poderemos supor que baste ser-se mulher para se ter uma visão verdadeiramente histórica da história das mulheres. A visão feminina é uma visão dominada, que não se vê a si própria.”¹¹

No processo de construção da identidade feminina e do papel das mulheres na sociedade, há uma reafirmação do entendimento masculino de sociedade, e as mulheres não se identificam nesse universo em uma condição de dominação, mas de submissão. Dessa forma, reafirmam esse modo de organização social, pois “[...] a construção da identidade feminina enraíza-se na interiorização pelas mulheres de normas enunciadas pelos discursos masculinos”.¹²

Pensar sobre a história das mulheres e a violência simbólica sofrida pelas mesmas exige uma volta ao passado. O mito bíblico de Adão e Eva, descrito no livro de Gênesis no Antigo Testamento da Bíblia, tem desempenhado um papel importante nesse processo. Essa narrativa e suas interpretações descrevem a

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: *As Mulheres e a História*. Lisboa: dom Quixote, 1995. p. 58.

¹¹ BOURDIEU, 1995, p. 59.

¹² CHARTIER, Roger. A história das mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos, e violência simbólica. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *As mulheres e a História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 37.

mulher como a segunda na ordem do processo de criação do mundo e a primeira a pecar, pretendendo justificar, assim, seu papel secundário na sociedade.¹³

Estudos revelam que, nas sociedades primitivas, as mulheres não eram vistas apenas como reprodutoras e muito menos ficavam confinadas ao espaço doméstico. Os grupos viviam em bandos, e o trabalho era coletivo entre os membros. Com o nascimento das primeiras civilizações sedentárias, as pessoas, famílias, foram se aproximando, nascendo interesses comuns sendo que: “A primeira instituição que a religião doméstica estabeleceu foi, na verdade, o casamento”.¹⁴ Nesse contexto, a submissão das mulheres se manifestava no campo religioso: “Como filha, assistia aos atos religiosos do pai; como casada, aos do marido”.¹⁵

Nas civilizações antigas, as mulheres, eram tidas como posse do macho. No Art. 129 do Código de Hamurabi do povo babilônico, um dos povos que viveram na região da Mesopotâmia, por exemplo, se afirma: “Se a esposa de alguém é encontrada em contato sexual com outro, deve-se amarrá-los e lançá-los n'água, salvo se o marido perdoar à sua mulher e o rei a seu escravo”.¹⁶ Porém, é possível identificar a importância das mulheres na condição de deusas e sacerdotisas: “[...] A primeira sacerdotisa da história era a princesa e filha de Sargão de Akkad. Assim foi determinado pelo fato da deusa Inana ter assegurado a conquista do território a Sargão, tornando-o governante”.¹⁷

As mulheres, na Grécia Antiga, não tinham uma identidade própria, já que, quando solteiras, eram dependentes do pai, inclusive no nome, e quando se consolidava o casamento, eram tratadas como estranhas, passando a buscar uma nova identidade, agora a do esposo. Segundo Coulanges:

¹³ DEIFELT, Wanda. Da cruz à árvore da vida: epistemologia, violência e sexualidade. In: NEUENFELDT, Elaine et al. *Epistemologia-Violência – Sexualidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2008. p. 24.

¹⁴ COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. 2006. p. 36. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadeantiga.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

¹⁵ COULANGES, 2006, p. 36

¹⁶ O Código de Hamurábi é uma das leis mais antigas. É considerado o primeiro código composto de 282 artigos e foi elaborado no governo de Hamurábi, rei da Babilônia. Está gravado em uma estela cilíndrica de diorito e foi descoberta em Susa, atualmente está guardada no museu de Louvre. PARENTONI, Robertos. Disponível em: <<http://robertoparentoni.jusbrasil.com.br/artigos/121939817/o-codigo-de-hamurabi>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

¹⁷ SCHUSSLER, Regina. *Sacerdotisa sumérias*. Revista Historiador Especial. Número 01. Ano 03, julho de 2010. p. 9-17. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

E, no entanto, o rapaz vai introduzir em seu lar uma estranha; em sua companhia, oficiará as cerimônias misteriosas do culto, revelando-lhe ritos e fórmulas, que constituem patrimônio de família. Não há nada mais precioso que essa herança; os deuses, ritos e hinos, que recebeu dos pais, é quem o protege na vida, e lhe promete riqueza, felicidade, virtude. No entanto, em vez de guardar para si esse poder tutelar, como o selvagem guarda um ídolo ou amuleto, vai admitir uma mulher para participante dos mesmos.¹⁸

Analisando a colocação do autor, é possível identificar a dominação masculina sobre as mulheres de maneira muito próxima. O casamento era considerado sagrado, e a mulher era uma estranha que vinha agregar à cultura do marido, levando a entender que o adultério era fortemente reprimido pela legislação grega. A mulher recebia agora uma nova identidade com a família do esposo. Ademais, apesar de a *Grécia ter sido o berço da Democracia*, as mulheres não eram consideradas cidadãs e, portanto, estavam desprovidas de direitos.¹⁹

A situação das mulheres romanas não era tão diferente das mulheres gregas e a família também estava muito relacionada à religião doméstica que delegava ao pai a posição da primeira pessoa junto ao lar e, por isso, cabia a ele a função da conduta de todos os atos religiosos. O casamento se consolidava e fortalecia com o nascimento de um filho varão, já que a menina não podia continuar o culto, porque, quando se casasse, passaria a pertencer à família do esposo, negando a sua.²⁰

A religião e o direito romano fortaleciam e legitimavam a pessoa do pai, exercendo o papel de juiz da própria família. Mãe e filhos/as ficavam às margens da sociedade, excluídos/as de uma identidade própria e de direitos. No entanto, provavelmente por influência dos etruscos, mais liberais com relação a elas, as romanas não viviam isoladas, como as gregas, estavam sempre fisicamente presentes, tanto na vida doméstica como na vida pública. As mulheres romanas podiam ser educadas e chegavam a tomar parte de campanhas eleitorais e escrever poesias.²¹

Os romanos classificavam as mulheres em duas categorias. As mulheres de família patrícia deviam ser protegidas, já que eram vistas como sagradas, pois somente os casamentos entre romanos gerariam cidadãos. Elas tomavam consciência do seu papel na sociedade. No entanto, havia mulheres a quem a pureza não importava e que não precisavam de cuidados. Eram as mulheres que

¹⁸ COULANGES, 2006, p. 36.

¹⁹ COULANGES, 2006, p. 38.

²⁰ COULANGES, 2006, p. 42.

²¹ FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 94.

não eram preparadas para o casamento. Nos últimos anos da República romana, elas alcançaram quase uma emancipação total adquirindo o direito ao divórcio.²²

O período medieval o ocidente apresentou como uma de suas características a preocupação excessiva com a figura das mulheres, com o objetivo submetê-las a um rígido controle. Predominou o discurso cristão católico durante toda a Idade Medieval, e a aproximação do Estado e da Igreja homogeneizaram esse discurso, transformando em um processo de doutrinação social. A ênfase dada à moral cristã na doutrinação das mulheres não excluiu o papel da própria sociedade no processo de naturalização da inferioridade feminina.²³

A leitura realizada sobre as mulheres pela Igreja na Idade Medieval teve sua origem na sociedade clássica Greco-romana, e foi caracterizada nesse período pela criação de estereótipos femininos considerados santos ou pecadores. “Facilmente se pode estabelecer um paralelo entre Eva e o pecado, por um lado, e Maria e a virtude, por outro, perspectivando uma em função da outra”.²⁴ No ensinamento cristão, Maria vem libertar as mulheres do pecado com a obediência a Deus, antes negada na pessoa de Eva.

A maioria das religiões, especialmente as mais tradicionais, seja de cunho monoteísta ou politeísta, como o Judaísmo, Cristianismo, Islamismo e Hinduísmo, criou mitos negativos relacionados às mulheres como: “[...] manipuladora da beleza, do adorno e do charme para enganar o homem. A mulher é vista como ameaça sedutora e, ao longo dos tempos, especialmente na Idade Média, acusada de união sexual com o demônio, representando um instrumento do Mal.”²⁵

Os discursos sexistas fortemente construídos instituíram toda uma vilania e sedução em torno das mulheres e, para alcançar o perdão, foi-lhe imposto outro modelo estereotipado de perfeição que preza o silêncio, a obediência, a docilidade, o perdão e tantos outros quesitos, construindo o perfil da madrepósia a quem são designados papéis de mãe e esposa.²⁶ Com a identidade da madrepósia como mulher ideal, a sociedade passou, cada vez mais, a delimitar os espaços das

²² ARIES, Philippe; Duby Georges. *A História da vida privada I: do Império Romano ao ano mil*. 19. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2009. p. 222.

²³ TEDESCHI, Losandro Antônio. *As mulheres e a história: uma introdução metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. p. 57.

²⁴ TEDESCHI, 2012, p. 61.

²⁵ TEDESCHI, 2012, p. 69.

²⁶ EGGERT, Edla. SILVA, Márcia Alves da. *O ‘dentro’ e o ‘fora’ do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora*. v. 14, n. 1, janeiro/abril 2010. p. 59-64.

mulheres, principalmente a separação em relação ao trabalho. Nesse sentido Eggert explica que:

As mulheres realizam uma múltipla jornada de trabalho, tanto produtiva como reprodutiva. [...] O trabalho no espaço privado, por sua vez, constitui a jornada doméstica, concebida na sociedade em geral como atividades próprias do sexo feminino e, portanto, compreendidas como naturais.²⁷

As sociedades renascentistas procuraram exaltar a beleza das mulheres por meio das inúmeras obras de artistas, contribuindo enormemente com a desconstrução da visão pecadora, sedutora e dissimulada imposta às mulheres no período medieval. Em contrapartida, aumentaram os discursos que defendiam as diferenças biológicas entre os sexos e associavam aos homens a força e a razão e às mulheres a fraqueza do espírito e a valorização da beleza e do corpo.²⁸

O período renascentista trouxe uma nova classe social que afrontava a Igreja Católica que era a burguesia, incentivando o surgimento de um novo modelo social. Houve o abandono dos padrões medievais, a partir dos quais as mulheres eram vistas como um símbolo de fecundidade e representadas nas pinturas como deusas, apresentando um novo ideal de beleza. “A própria paisagem não é mais um quadro pintado atrás das personagens. Torna-se independente e contribui para um sentimento geral”.²⁹

O discurso de que mulheres e homens são biologicamente diferentes ganhou força no senso comum, e até foi revestido em estudos de cunho científico para sua justificativa. No entanto, para Guacira Louro, esse argumento torna tudo mais difícil e legítima a dominação masculina, porque “[...] a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível.”³⁰ Bourdieu confirma que a ordem masculina fundamentada no discurso biológico é uma construção social naturalizada, dificultando a desconstrução e distanciando cada vez mais homens e mulheres.³¹

²⁷ EGGERT, 2010, p. 60.

²⁸ EGGERT, Edla. DomÉSTICO. Espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STROHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2006. p. 226.

²⁹ BATTISTONI FILHO, Duílio. *Pequena história da arte*. 7. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 70.

³⁰ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 20.

³¹ BOURDIEU, 1999 apud TEDESCHI, 2012, p. 80.

O advento das revoluções nos séculos XVIII e XIX trouxe o estereótipo da mulher trabalhadora “[...] não tanto porque a mecanização tenha criado para elas postos de trabalho onde antes não existiam [...] mas porque no decurso da mesma ela se tornou uma figura decorativa perturbadora e visível.”³² Essa utilização da mão de obra das mulheres no processo de industrialização proporcionou visibilidade a elas que passaram a ser identificadas como uma problemática para o período contemporâneo descaracterizando o perfil da madresposa e da feminilidade.

Essa descaracterização das mulheres como base do espaço doméstico levou a sociedade a grandes questionamentos e ao entendimento de que nascia ali uma anomalia social contestada e negada por muitos/as. Segundo Scott:

Enquanto no período pré-industrial considerava que as mulheres tinham combinado com êxito actividade [sic] produtiva e criação dos filhos; trabalho e domesticidade, dizia que a mudança presumida do local de trabalho tornara essa combinação difícil, se não impossível.³³

Com o modelo da mulher trabalhadora introduzido na sociedade no período contemporâneo, nascia mais uma culpabilidade para o currículo das mulheres: de serem as causadoras da desestruturação dos lares, da família, pois eram vistas como a base do espaço doméstico. Para Scott, o discurso da separação do lar e do trabalho vivido pelas mulheres se organizou e fortaleceu na propagação das ideias das diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando essas diferenças nas bases da organização social.³⁴

As conquistas alcançadas pelas mulheres nos últimos séculos se manifestaram em diversas frentes com ações e influências dos movimentos feministas. Em termos econômicos, a luta pela valorização como sujeitas no mercado de trabalho e pela visibilidade dentro dos próprios sindicatos foi enorme. “Na maioria os sindicalistas procuravam proteger os seus empregos e salários mantendo as mulheres afastadas das suas profissões e, a longo prazo, afastadas do mercado de trabalho”.³⁵ As mulheres trabalhadoras eram vistas como rivais e não como sindicalizadas e aliadas, mesmo tendo chegado ao mercado de trabalho pela via subalterna.

³² SCOTT, Joan W. A Mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Dir.). *História das Mulheres no ocidente*. v. 4, século XIX. Porto: Editora Afrontamento, 2001. p. 443-475.

³³ SCOTT, 2001, p. 444.

³⁴ SCOTT, 2001, p. 445.

³⁵ SCOTT, 2001, p. 464.

Politicamente, “acreditava que o acesso aos direitos políticos eram essenciais à obtenção de garantias com base na lei”.³⁶ Todas as frentes de lutas dos movimentos feministas espalhados pelo mundo tinham como prioridade a busca pelo voto feminino. O alcance desse objetivo gerou conflitos e temores para muitos sujeitos que identificaram o ato como perigoso, entendendo que afastaria as mulheres da função de rainha do lar e provocaria prejuízos à estrutura familiar.³⁷

O que se pode perceber é que a conquista do voto feminino rompeu barreiras, gerou uma igualdade política muito grande entre mulheres e homens e possibilitou outras conquistas.³⁸ Afinal, ao participarem de movimentos inclusive dos embriões feministas, as mulheres passaram a lutar pelo direito ao sufrágio, mas também à educação, à valorização dos saberes com o cuidado, com a casa e a tantos cargos ocupados pelas mulheres.

Para Soihet, no Brasil, as mulheres viram o início dessa concretude com a Constituição de 1934, no governo de Getúlio Vargas, mesmo que, por pouco tempo já que a implantação do golpe totalitário e do Estado Novo no ano de 1937 interrompeu essas conquistas.³⁹

No século XX, após um longo período histórico de muita opressão sexual ao corpo das mulheres, começou a ocorrer uma tendência oposta. A partir da década de 1960, a revolução sexual exerceu uma forte influência no processo de resgate do corpo. Ao mesmo tempo em que começava a existir liberdade sexual com a juventude, existiam assuntos contraditórios. “A associação [...] beleza e saúde, modelo das sociedades ocidentais, aliadas às práticas de aperfeiçoamento do corpo, intensificou-se brutalmente, consolidando um mercado florescente que comportava indústrias [...] e espaços na mídia”.⁴⁰

Del Priore entende que a libertação propagada nas décadas de 1960 e 1970 em relação às mulheres estava muito longe de se desembaraçar, já que sofriam prescrições do pai, do marido, do médico, de jornalistas. Para ela, o século XXI

³⁶ SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo: Revista Acervo do Arquivo Nacional - Estudos de Gênero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2. p. 99-124. Jan./dez. 1996.

³⁷ SOIHET, 1996, p. 115.

³⁸ AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. 2. ed. *Revista*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2001. p. 12.

³⁹ SOIHET, Rachel. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 294.

⁴⁰ DEL PRIORE, Mary I. *Corpo a corpo com a mulher: Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2000. p. 15.

apresentou contra as mulheres um novo algoz que é a mídia bombardeando o modelo ideal de beleza em cartazes, televisão, internet, controlando o corpo e o pensamento das mulheres e criando modelos ideais.⁴¹

Esse recorrido histórico permite perceber de que forma os papéis prescritos para as mulheres (gênero) vão sendo construídos histórica e culturalmente e como vão encontrando resistências por parte das próprias mulheres. Ainda assim, as narrativas históricas tendem a invisibilizar a presença e a participação das mulheres, a não ser como objeto de submissão e controle. Por isso, o resgate das histórias das mulheres e sua visibilização têm o potencial de questionar estereótipos, propor novas formas de relações e transformar as estruturas que perpetuam as formas de opressão, inclusive no campo da educação. A emergência do feminismo, sem dúvida, foi e é fundamental para esse processo.

1.2 Feminismo

A proposta aqui é escrever, à luz do feminismo, o que implica sair do convencionalismo da escrita, que naturaliza um entendimento imposto pela historiografia ao longo dos séculos e prioriza a dominação de alguns grupos e a exclusão de outros. Para Certeau, a escrita permanece controlada pelas práticas das quais resulta.⁴² Assim, a inversão nesse texto será escrever pelo olhar metodológico feminista.

Mas o que é o feminismo? É possível encontrar inúmeras formas de conceituar esse termo. Porém, de forma sintetizada, o que vigora no senso comum é que se trata de uma prática social e política defendida por mulheres nos últimos tempos.⁴³ Mas o feminismo também questiona determinadas questões e padrões no campo da produção de conhecimento. Segundo Louro:

[...] a ciência foi feita [...] por um grupo ou uma parte da humanidade. Ela foi feita pelos homens - os homens brancos e ocidentais da classe dominante - os quais, supostamente, fizeram as perguntas e deram as repostas que interessavam a todas as pessoas.⁴⁴

⁴¹ DEL PRIORE, 2000, p. 15.

⁴² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 90.

⁴³ BETONI, Camila. *Feminismo*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/feminismo/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

⁴⁴ LOURO, 2003, p. 143.

Em muitos casos a perspectiva feminista foi e é entendida e apresentada como um direcionamento simples, ou seja, ela se constitui simplesmente no reverso da medalha, em outra leitura, dando voz às mulheres silenciadas no decorrer da construção histórica.⁴⁵ Nessa compreensão, tratar-se-ia de construir um caminho de oposição ao entendimento masculinizado.

Esse primeiro olhar sobre a questão leva a uma interpretação de revanchismo e cai na redundância de que essa construção se dá de forma simples e rápida e que, quando quer, o sujeito é capaz de reverter a condição em que o sujeito se encontrava. Afinal, trata-se de um sujeito histórico, consciente da sua condição dentro da historiografia. Essa compreensão, no entanto, não permite compreender como a problemática é bem maior e mais profunda.

O entendimento de revanchismo é um tanto perigoso e não proporciona o espaço necessário ao feminismo, mesmo porque suas contribuições foram muito além da proposta inicial do movimento feminista. Dar às mulheres o espaço que lhes foi tirado é importante, mas, para, além disso, o feminismo permitiu também um empoderamento das mulheres e grandes avanços científicos.⁴⁶

Pensar a história das mulheres sem o movimento feminista é um exercício um tanto difícil, já que: “O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nessa esfera”.⁴⁷

O feminismo propõe um novo olhar sobre a historiografia, um estudo alternativo que vem trazendo à tona entendimentos mais amplos em relação a tudo que se tinha ou não escrito antes sobre as mulheres. Porém, os estudos feministas nem sempre rompem com os modelos dominantes de escrita bruscamente sem deixar permanências no processo de escrita científica.⁴⁸

O movimento feminista contemporâneo nasceu na Europa da profunda insatisfação de mulheres que se identificavam como estando às margens de uma sociedade extremamente masculinizada. Privadas de direitos, mulheres em diversas partes do mundo foram em busca dessas mudanças. Segundo Soihet: “[...] as mulheres lutam pelo reconhecimento de seus direitos, incursionando algumas pelo

⁴⁵ LOURO, 2003, p. 143.

⁴⁶ LOURO, 2003, p. 143.

⁴⁷ RAGO, 1998, p. 23.

⁴⁸ RAGO, 1998, p. 23.

terreno da sexualidade [...] As feministas e seus partidários são apresentados como desafiadores das sábias e intocáveis leis da natureza”.⁴⁹

As primeiras reivindicações do movimento foram mais no campo político, descaracterizando o papel de mãe, bondosa, doce, que tudo perdoa, identificado pela sociedade e que apresenta toda uma docilidade no processo de construção do entendimento sobre o que significa ser mulher. “Outras mais incisivas defendiam-na como recurso para o alcance da independência econômica, também, acentuando a relevância dos direitos civis e políticos, chegando algumas a defender o divórcio”.⁵⁰

Obviamente as ideias feministas foram rejeitadas e estereotipadas pelas autoridades e pela maioria da sociedade e aos poucos todas essas leituras feministas foram se espalhando por várias regiões do globo. As resistências estavam dentro da normalidade advinda de uma sociedade que não aceitava as alteridades. “Chegando alguns a ridicularizar as militantes, representando-as como masculinizadas, feias, despeitadas e, mesmo amorais”.⁵¹

A docilidade, obediência e humildade são características cobradas às mulheres comparadas, por exemplo, a um determinado modelo construído sobre Maria, mãe de Jesus, mulher escolhida por Deus para ser a mãe de Deus. Esse modelo tornou-se muito forte no mundo cristão, como sendo o ideal para todas as mulheres, sendo que qualquer distanciamento desse perfil tornava-se estereotipado como sendo demoníaco e louco. “Maria é um exemplo de abnegação, de aceitação da palavra divina sem impor restrições, sem hesitações”.⁵² A teologia feminista tem desconstruído esse modelo e tem apresentado Maria de outras formas.⁵³

O movimento feminista busca desconstruir as ideias de que as mulheres devem ser seres passivas e obedientes aos machos provedores. As contribuições do movimento feminista contemporâneo ao longo do processo histórico, desde o seu surgimento no Século XVIII, foram de grande extensão, a começar pela busca de igualdade de direitos quanto ao sufrágio universal que iniciou na França e Inglaterra.

⁴⁹ SOIHET, 1996, p. 99.

⁵⁰ SOIHET, 1996, p. 100.

⁵¹ SOIHET, 1996, p. 100.

⁵² SCHNEIDER, Leticia Ferreira. “Entre Eva e Maria: A construção do feminismo e a representações do pecado da luxúria no livro das confissões de Martim Perez”. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 67.

⁵³ Como uma mulher forte, destemida, humana. CANDIOTTO, Jaci de F. S. Maria: duas leituras a partir da teologia feminista. PERETTI, Clélia (Org.). *Anais eletrônicos*: Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

Segundo Eggert: “A luta pelo sufrágio envolve mulheres como Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Juan Stuart Mill, Elizabeth Cady Stanton”.⁵⁴

Nesse contexto, o discurso feminista se concentrava na capacitação das mulheres, conquistando assim igualdade de direitos entre os sexos denominados. Essa corrente dentro do feminismo é conhecida como feminismo liberal.⁵⁵ Já o feminismo cultural apresentava um entendimento de que o ambiente vivido pelas mulheres era diferente do experimentado pelos homens e a riqueza desse movimento levou a conhecer o espaço privado das mulheres. Uma das grandes representantes dessa forma de pensar o feminismo foi Margareth Fuller.⁵⁶

O feminismo no Brasil manifestou sinais de existência ainda no Séc. XIX com a brasileira Nísia Floresta, mulher, cidadã, defensora de direitos e do acesso à educação para todas as mulheres. No ano de 1832, a brasileira lançou um livro traduzido para o português da autora inglesa Mary Wolstonecraft com o título de “Direitos dos homens, injustiça para as mulheres”.⁵⁷ A publicação gerou espanto e repúdio pela maioria da sociedade instituída no contexto histórico.

Um século depois, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, mais precisamente no ano de 1932, e passaram a existir como sujeitos políticos.⁵⁸ Outras conquistas foram se processando lentamente. Desde que o embrião do movimento feminista começou a germinar no Brasil, os alicerces foram crescendo, estruturando, solidificando-se e criando ramificações com características diferenciadas.

Margareth Rago discorre que: “O Brasil se tornou conhecido, dentre outras dimensões, por possuir um dos movimentos feministas mais importantes da atualidade”.⁵⁹ Avaliações como as de Margareth demonstram a importância, a extensão e ao mesmo tempo a responsabilidade que o movimento feminista alcançou no Brasil.

As resistências geradas pelo regime opressor, implantado pelos militares, cresceram. Com o nascimento dessa cultura de resistências surgiram vários grupos em diversos setores sociais, como: cantores, artistas, políticos, hippies, que foram

⁵⁴ EGGERT, Edla. *Educação popular e teologia da margens*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 15.

⁵⁵ EGGERT, 2003, p. 16.

⁵⁶ EGGERT, 2003, p. 16.

⁵⁷ NEGRÃO, Telia. *Direitos conquistados na história*. NIEM/UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/movfeminista.php>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

⁵⁸ NEGRÃO, 2016, p. 01.

⁵⁹ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismo escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Unicamp, 2013. p. 24.

decisivos para o enfraquecimento da ditadura militar e o fortalecimento da sociedade civil brasileira. Nesse conjunto de movimentos de resistência tem destaque o movimento feminista brasileiro, com grande fortalecimento e passando a ter definições mais claras, unindo-se contra o modelo ditatorial e opressor implantado no Brasil.⁶⁰

Dentro desse contexto o movimento feminista emergiu expressivamente com muitos questionamentos, censurando a dominação machista, exigindo liberdade nos comportamentos em termos de vestimentas, pensamento, escrita e, principalmente, liberdade sexual.⁶¹ Elas foram colocadas às margens do processo de luta por um novo modelo de sociedade. Segundo Rago:

Nesse contexto de crise e de construção de novos modelos de subjetividade, desde os anos setenta, emergiu o feminismo organizado, como movimentos de mulheres das camadas médias, nas maiorias intelectualizadas, que buscavam novas formas de expressão das individualidades.⁶²

A leitura do mundo criado em torno das mulheres foi sendo repensado, trouxe contribuições importantes para o contexto social, mudou o entendimento do ser feminino destituído de historicidade, desejo, vontades, autoridade. Até então o lugar ocupado pelas mulheres estava associado à ingenuidade, romantismo, pureza, submissão, procriação.⁶³

O legado feminista no Brasil e no mundo é inegável. As diversas formas de ser dos movimentos feministas contribuíram decisivamente para as subjetividades femininas libertadas das amarras do machismo e da sociedade de controle. “Inventaram eticamente, ao defenderem outros lugares sociais para as mulheres e suas culturas, e operaram no sentido de renovar o imaginário político e cultural de nossa época, principalmente em relação aos feminismos do século XIX e início do século XX”.⁶⁴

A cultura patriarcal, categoricamente, sempre criou espaços bem definidos para homens, mulheres, jovens e crianças, a partir de áreas como posicionamento,

⁶⁰ RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” a era global*. Labrys, estudos feministas. n. 3, p. 1-12, janeiro/julho 2003. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

⁶¹ RAGO, 2003, p. 3.

⁶² RAGO, 2003, p. 4.

⁶³ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: UNICAMP SP, 2013. p. 25.

⁶⁴ RAGO, 2013, p. 27.

vestimentas, palavras, linguagens, adornos e tantas outras formas de separação entre as quais estão aquelas relacionadas aos espaços de trabalho. As atividades externas ficaram sempre mais próximas e entendidas como atividades masculinas, enquanto as atividades femininas, que também foram definidas pelos homens, foram reduzidas aos afazeres domésticos, facilitando esse processo de dominação.⁶⁵

As questões levantadas pelo movimento feminista também se fizeram presentes no âmbito da Teologia. Em se tratando da teologia feminista, é importante destacar que ela nasceu com o objetivo de promover a humanidade e a dignidade plena das mulheres, pois negar-lhes essa humanidade plena não pode ser identificado como algo sagrado.⁶⁶ O que fica em evidência na teologia é a marginalização das mulheres como pecaminosas e desobedientes e não como sujeitas autênticas e plenas da humanidade.

O fato de os homens terem sido nomeados como normas da humanidade autêntica fez com que as mulheres servissem de bode expiatório para o pecado e fossem marginalizadas tanto na humanidade original quanto na redimida. Isso distorce e contradiz o paradigma teológico da imago dei/Cristo.⁶⁷

O feminismo nasceu da insatisfação de uma visão unilateral da sociedade completamente a favor do entendimento masculino defendido pela sociedade patriarcal. O feminismo teológico veio afirmar a capacidade de ação e de decisão das mulheres, proporcionando os espaços necessários a elas, tirando-as da condição de pecadora definida a partir de uma construção em torno do pecado original, para serem autoras de suas ações, tornando-se sujeitos livres e independentes.

A expressão “teologia feminista” se fortaleceu na América Latina no final do Século XX com um grupo de teólogas assumindo o papel metodológico de construção e reconstrução da teologia. Seu objetivo era superar o viés androcêntrico, que, por séculos, monopolizou e legitimou o homem com a dominação do entendimento do sagrado e colocou a mulher na condição de incapaz quanto ao pensar teológico. A teologia feminista emergiu “[...] no contexto

⁶⁵ SENEM, Márcio André. O feminismo de Virginia Woolf e a literatura pós colonial. *Revista Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 111-121, 2008.

⁶⁶ RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal, 1993. p. 23.

⁶⁷ RUETHER, 1993, p. 25.

sociocultural das lutas feministas e das organizações de mulheres da década de 1960 e 1970”.⁶⁸

A teologia feminista não é apenas uma teologia feita ou contada por mulheres que fazem um caminho de contraposição aos estudos teológicos. A teologia feminista nasce sob a influência dos movimentos feministas e surge para incomodar e gerar inquietações necessárias para a reflexão. Nesse sentido, Fiorenza afirma que “o afastamento das mulheres da liderança e da teologia no espaço eclesial foi realizado por meio da domesticação da mulher sob autoridade masculina”.⁶⁹

Para Gebara as teólogas feministas abriram rupturas, que ela chama de fendas no saber monolítico masculino e na construção das verdades geralmente advindas do entendimento monoteísta e dualista, mostrando essa luta do bem e do mal, exaltando um e diminuindo ou eliminando outro.⁷⁰

A metodologia feminista remete a um entendimento de que a experiência é critério para que aconteça a consciência da exclusão, a busca pela própria tradição e o reconhecimento de tradições alternativas.⁷¹ Na verdade, a metodologia aqui retratada é um convite a repensar os sentidos que sempre foram colocados como verdades absolutas, impossibilitando quaisquer questionamentos.

A ruptura com o naturalismo exige querer, determinação e “o feminismo tenta conjugar verbos saindo do infinitivo abstrato com fortes tendências de dominação patriarcal”.⁷² E a proposta aqui é quebrar paradigmas e olhar com questionamentos para a historiografia de Araputanga-MT, numa perspectiva feminista, desenvolvendo uma nova hermenêutica histórica.

1.3 Entendendo o conceito de gênero

A luta de mulheres para alcançar uma maior igualdade social existiu em diversos povos e momentos históricos e, conseqüentemente, gerou incômodo às autoridades e grupos institucionalizados. O feminismo veio consolidar e fortalecer as

⁶⁸ FURLIN, Neiva. *Teologia Feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico*. Rever, ano. 11, n. 01, Jan/Jun, 2011, p. 139-164.

⁶⁹ FIORENZA, 1995 apud FURLIN, 2011, p. 141.

⁷⁰ GEBARA, Ivone. *Coisas do Gênero*. São Leopoldo: v. 1, n. 1, p. 40-52, jul.-dez. 2015. p. 43.

⁷¹ DEIFELT, 1994 apud EGGERT, 2003, p. 20.

⁷² GEBARA, 2015, p. 44.

propostas das mulheres numa visão libertária, reafirmando sua identidade e seus direitos.⁷³

Em meio a todas essas lutas por uma sociedade mais igualitária nasceram as discussões sobre as relações de gênero na segunda metade do século XX: “É dentro desse contexto de lutas sociais que ele é gerado”⁷⁴ e rapidamente as ideias e propostas se espalharam. As discussões nasceram com o propósito de analisar como se dão os processos de construções socioculturais dos papéis a partir do sexo biológico percebido, já que o termo “gênero”, entendido como categoria de análise, carrega um conjunto de significações.

Os estudos de gênero proporcionaram formas diferenciadas de pensar e entender os papéis atribuídos a homens e a mulheres. Assim, também todo esse universo de dominação e submissão é construído a partir de relações de poder. Seu ponto de partida foi a diferenciação e explicitação de conceitos e realidades distintas:

A socióloga Ann Oakley evidenciou com muita clareza, em 1972, a diferença entre sexo e gênero. Ela escreve: ‘Sexo’ é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...]. ‘Gênero’, pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em ‘masculino’ e ‘feminino’ [...]. Deve-se admitir a invariância do sexo tanto quanto deve-se admitir a variabilidade do gênero.’ Reconhecendo rapidamente a importância do conceito de gênero no combate contra o determinismo biológico, certos(as) historiadores(as) propuseram a sua utilização no campo histórico.⁷⁵

O significado etimológico da palavra “gênero” reporta-se ao termo latim *genus* que tem sua origem nas culturas romana e grega. Nesse contexto, ele determina espécie, classe, raça, nascimento, sendo muito utilizado como um conceito gramatical e musical.⁷⁶

Os estudos sobre gênero são recentes. Eles possibilitam questionamentos e divergências em relação ao conceito e sua origem histórica. O feminismo foi o movimento que propiciou abertura ao estudo e discussão da temática e convidou a

⁷³ GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. *Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher*, São Paulo, 2004.

⁷⁴ ULRICH, Claudete Beise. *Relações de gênero*. Estudos sobre Gênero. São Leopoldo, 2. ed. Sinodal, 2014. p. 09-10.

⁷⁵ TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 29-62, 1994. <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

⁷⁶ PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; VAGHETTI, Helena Heidtmann, BRODERSEN, Gladys. Gênero e Enfermagem: Uma categoria de análise. *Revista Enferm*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 14, n. 2, p. 292-300, abr/jun, 2006.

sociedade a refletir e questionar o modelo sexista e preconceituoso vigente. “As feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, em um sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”.⁷⁷

A historiadora e pesquisadora americana Joan Scott definiu gênero como uma categoria de análise. Para Scott “[...] o termo ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”.⁷⁸

Com o crescimento e maior familiaridade em termos de discussões, as desigualdades entre homens e mulheres foram ficando mais visíveis, e as formas de leitura passaram a ser refletidas com maior frequência.

Para Gebara, o conceito de gênero, não é só um instrumento de análise, mas também um ‘instrumento de autoconstrução feminina e de tentativa de construção de relações sociais mais profundas na justiça e na igualdade, a partir do respeito à diferença’.⁷⁹

O legado das ideias de Scott para o avanço dos estudos de gênero é inegável e “as feministas reconhecem que as reflexões avançaram nas últimas décadas a respeito dos conceitos de gênero e sexo”.⁸⁰ As discussões estão saindo dos campos de pesquisa e alcançando o patamar social, elas entram em choque com o senso comum e geram incômodo e conflitos.

Com o avanço das discussões de gênero e o crescimento das ideias feministas, as denúncias em relação à exclusão das mulheres de um sistema institucionalizado e pensado foram tomando força e quebrando elos que até então eram inabaláveis. “Sem dúvida, são enormes as conquistas realizadas pelos feminismos em todos os campos da vida social, ao longo de décadas, especialmente no que se refere à aceitação das mulheres no mercado de trabalho e ao seu reconhecimento no trabalho profissional”.⁸¹

⁷⁷ SCOTT, Joan W. Uma categoria útil de análise histórica. *Revista de Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 02, jul/dez, 1995. p. 72.

⁷⁸ SCOTT, 1995, p. 72.

⁷⁹ GEBARA, 2000, p. 105 apud PAIXÃO, 2014, p. 23.

⁸⁰ PAIXÃO, Márcia Eliane da. Narrativas de vida: Mulheres que aprendem e trans-formam suas histórias. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Márcia. *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI/Faculdades EST, 2014. p. 19-33.

⁸¹ RAGO, 2003, p. 9.

Estudos recentes no campo dos estudos de gênero provocam discussões “[...] sobre homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais”.⁸² E isso tem incomodado a sociedade defensora do modelo social sexista e androcêntrico.

O androcentrismo, um dos preconceitos mais graves e castradores de que padece a humanidade, vem impregnando o pensamento científico, o filosófico, o religioso e o político há milênios. Tantos séculos pensando de uma maneira podem levar a crer que não há outra maneira possível de pensar e, estando tão presos a algumas ideias, parece que somos incapazes de refletir sobre elas e de criticá-las, como se fossem verdades inalteráveis.⁸³

O entendimento androcêntrico enaltece apenas o sujeito masculino como capaz de governar, criar leis e praticar a justiça. O homem, e uma determinada forma de ser homem, é visto como a base social, universal. As verdades produzidas e criadas sob o olhar androcêntrico são quase inatingíveis e perpetuam-se por gerações, séculos. “Entretanto, consideramos importante chamar a atenção para o fato de que o androcentrismo não é uma verdade inalterável e pode ser criticado e modificado”.⁸⁴

Essa compreensão fortalece o modelo hegemônico de masculinidade, conhecido e chamado de “homem macho”. Esse modelo é descrito por Durval Muniz quando se refere ao macho nordestino, mas que pode ser identificado na maioria das sociedades:

[...] homens machos, viris, fortes, verdadeiros pai-d’égua, gritando muito e descompondo como um capitão de navio, homens bravos, homens de gênio forte, que eram capazes de amar e penetrar o âmago da terra e das mulheres; que faziam ambas procriarem, produzirem e reproduzirem.⁸⁵

Quando os homens identificados como machos são questionados e impulsionados a falarem sobre corpos, geralmente o associam aos corpos externos, referenciando sempre ao físico “[...] corpo malhado, corpo doente, corpo machucado, corpo marcado pelo futebol, corpo bonito de mulheres, corpo morto ou baleado”.⁸⁶ Analisar um corpo entendendo e reconhecendo suas necessidades

⁸² RAGO, 1998, p. 38.

⁸³ MORENO, 1999, p. 23 apud RIBEIRO, 2015, p. 158.

⁸⁴ RIBEIRO, Amanda de Souza; PÁTARO, Ricardo Fernandes. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 4, n. 6, p. 9-23, jan./jun., 2014.

⁸⁵ ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. 1. ed. Recife: Bagaço, 2008. p. 268.

⁸⁶ SCHULTZ, Adilson. Isto é o meu corpo – e é corpo de homem. MUSSKOPF, André et all (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal ; CEBI, 2004. p. 172.

físicas, biológicas, espirituais, intelectuais e emocionais descaracteriza o ser “macho”.

O ideário sexista produz a ideia de sexos opostos e prioriza um sexo em detrimento ao outro, colocando sempre um na condição de submissão e outro no patamar de dominação, o que nada mais é do que uma forma de discriminação. “Os homens dominam coletivamente e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos”.⁸⁷

O entendimento acima identifica e universaliza apenas o relacionamento heterossexual entre homens e mulheres, “a visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres”.⁸⁸ Assim, discrimina-se também qualquer outra forma de sexualidade.

O feminismo criou forma e lugares mais humanizados, desfazendo essa visão binária imposta pelo patriarcalismo, que destina a razão aos homens e emoção às mulheres, e passou a defender novos espaços para as mulheres e sua cultura.⁸⁹ Os feminismos recuperam a história das mulheres que, durante séculos, foi escrita somente por homens, resgatando a autoestima das mulheres e conquistando novos espaços até então ocupados apenas por homens.

Louro, ao discutir a construção das diferenças explica que a escola pode reforçar essas diferenças, afirmando que as instituições escolares foram concebidas inicialmente para acolher alguns grupos e excluir outros, porém, foi lentamente sendo requisitada por grupos que ficaram à margem da sociedade, os quais viram seus direitos negados, solicitando assim transformações dentro das instituições escolares.⁹⁰

A escola tem marcada uma dupla função: a formação intelectual e a formação social dos indivíduos, ou seja, seu adestramento nos próprios modelos culturais. Porém caso se limite a isto terá feito um pequeno favor a sociedade. Não será mais um aparelho reprodutor de vícios e virtudes, de sabedorias e mediocridades. Sua missão pode ser diferente. Em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de

⁸⁷ WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 09, n. 2, p. 460-481, 2001.

⁸⁸ WELZER-LANG, 2001, p. 460.

⁸⁹ RAGO, 2013, p. 27.

⁹⁰ LOURO, 2003, p. 57.

cada coisa, iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e organizá-lo.⁹¹

Diante desse contexto é possível identificar a escola como uma guardiã dos valores morais da sociedade e da família patriarcal. Mas, ao mesmo tempo, ela pode se transformar em um aparelho de libertação. O ponto de partida é entender porque e como a *discriminação de gênero* continua tão presente na família, na escola, na sociedade e, o mais grave de tudo isso, continua sempre mascarada, acontecendo de modo natural e normal, agindo intrinsecamente tanto nos homens como mulheres.⁹²

As verdades naturalizadas e impostas socialmente como prontas e acabadas precisam ser questionadas por todos/as. É preciso romper inicialmente com essa escola transmissora de conhecimento e de valores morais. Um caminho para toda essa desconstrução é incluir nos currículos das escolas temáticas que proporcionem discussões sobre o entendimento de gênero, difundindo uma educação centrada na igualdade de todas as pessoas.

Todas as reflexões problematizadas em torno da história das mulheres, do feminismo e do estudo de gênero proporcionam questionamentos, quebram estereótipos fortemente impostos às mulheres, questionam concepções arraigadas nos alicerces da sociedade sexista, e, assim, possibilitam pesquisas com minúcias até então despercebidos na historiografia, como a que essa pesquisa propos.

⁹¹ MORENO, 1999, p. 17, apud OLIVEIRA, 2012, p. 07.

⁹² OLIVEIRA, Gisele Dalognol; OLIVEIRA, Dennison de. *Desconstruindo práticas sexistas no ambiente escolar*. Secretaria de Educação. Governo do Paraná, 2012. p. 8.

2 AS TEIAS, ENREDOS E SILÊNCIOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA ARAPUTANGUENSE

A História é o produto mais perigoso que a química do intelecto tem desenvolvido. As suas propriedades são bem conhecidas. Provoca sonhos, intoxica as pessoas, sobrecarrega-as com falsas memórias, exagera seus reflexos, mantém suas velhas feridas, a turbulência em seu descanso, leva a delírios de grandeza ou de perseguição, e faz das nações amargas, bonitas, vaidosas e insuportável.⁹³

Esse entendimento rigoroso e, ao mesmo tempo, deplorável do poeta e filósofo francês⁹⁴ em relação ao papel da História abriu fissuras no mundo do saber e da escrita histórica científica e levantou questionamentos e reflexões sobre o espaço ocupado por essa ciência e até mesmo pela sua sobrevivência. Esse trabalho problematiza, neste capítulo, o processo da escrita histórica como ciência. Identifica-se o contexto histórico em que se deu a pesquisa e se conclui com narrativas de oito mulheres que participaram do processo de pioneirismo araputanguense.

2.1 Os silêncios e vazios promovidos pela escrita histórica

A História esteve, por muito tempo, presa ao jogo de contar o passado, posicionando-se na interlocução direta com os mortos, afirmando e construindo verdades absolutas sobre acontecimentos e fatos em uma narrativa quase linear. Foucault chama esse entendimento de ingênuo e afirma que não passa de uma genealogia dos fantasmas, desfavorecendo a ciência histórica.⁹⁵

Paul Veyne, ao se referir a Foucault, afirma que: “Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores.”⁹⁶ Todas essas colocações expressam parte das mudanças que se processaram no campo das pesquisas sociais nos últimos tempos.

⁹³ VALÉRY, Paul. De l'histoire. In: *Regardssur le monde actuel et autres essais*. Tradução de Jacy Seixas. Paris: Gallimard, 1945. p. 39.

⁹⁴ VALÉRY, Paul. Filósofo, escritor e poeta francês da escola simbolista cujos escritos incluem interesses em matemática, filosofia, poesia e música. Disponível em: <<http://www.escritas.org/pt/t/19327/a-historia-e-o-produto>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

⁹⁵ FOUCAULT, 1994 apud RAGO, 2002, p. 04.

⁹⁶ VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. De Alda Baltazar e Maria Auxiliadora. Kneip. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 239.

Diante dessa análise reflexiva promovida por pensadores/as contemporâneos/as fica impossível não indagar: O que são verdades? Esse conceito sempre andou muito próximo da escrita histórica. “O tom dos diversos autores é invariavelmente crítico em relação à possibilidade de uma verdade histórica”⁹⁷, o que leva a questionamentos quanto às verdades escritas e os métodos utilizados para a construção dessas “verdades”. Além disso, faz refletir sobre os “silenciamentos” promovidos durante a unificação do pensamento em torno dessa verdade.

Certeau, inicia o livro *Escrita da História* com a indagação: “O que fabrica o historiador quando ‘faz história’?”⁹⁸ Para quem trabalha? O que produz? Essas perguntas provocam discussões em relação ao papel do historiador e da historiadora e aos métodos usados nas pesquisas no momento da produção da escrita histórica. Afinal, a escrita da história se faz a partir de reflexões de um lugar social, econômico, político, cultural e das práticas científicas utilizadas no processo dessa escrita.⁹⁹

Essa nova forma de olhar a História questionou os alicerces científicos e as verdades estabelecidas. “Desde então veio o tempo das desconfianças. Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referências.”¹⁰⁰ As escolhas não nascem do vazio e nenhum autor e nenhuma autora são neutros e neutras, mas influenciados e influenciadas pelo lugar, as relações do espaço da pesquisa e da escrita.

Essas problematizações colocaram em questionamento a identidade da Ciência histórica positivista e do conhecimento objetivo defendido e definido como: “[...] aquele que é válido a todos [...], que é isento de afetividade e parcialidade, que é válido de modo necessário, universal e atemporal; ele apresentaria dados, números, medidas; seria sem valores, paixões, sem tendências, sem desvios [...]”.¹⁰¹

Entendendo tudo isso, é possível concluir que a história não possui conhecimento objetivo, e sim, conhecimento histórico marcado pela emoção,

⁹⁷ REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdades*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. p. 150.

⁹⁸ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Editora Forense Universitária, 2002. p. 65.

⁹⁹ CERTEAU, 2002, p. 65.

¹⁰⁰ CERTEAU, 2002, p. 67.

¹⁰¹ REIS, 2007, p. 152.

intuição, convicções, juízos de valores, tendências e interesses.¹⁰² Segundo Reis: “Todo conhecimento histórico é ao mesmo tempo uma tomada de decisão, um ponto de vista relativo e quer ser verdadeiro”.¹⁰³ Afinal, o próprio discurso científico é objeto de estudo da História.

A historiografia que se conhece é repleta de características eurocêntricas, principalmente no que se refere ao estudo do outro, no processo de exclusão, seja interno ou externo. “A história se torna um lugar de ‘controle’ onde se exerce uma função de ‘falsificação’”.¹⁰⁴ É nesse espaço de controle que muitos grupos sociais são colocados na invisibilidade no momento da produção histórica.

A leitura positivista dessa ciência no início da sociedade moderna capitalista reforçou uma tendência medieval que apresentava uma história providencial, teológica e linear, que continuava promovendo silêncios de grupos minoritários e criando heróis mitológicos em outros. O feminismo denunciou fortemente essa tendência histórica classificando as ciências sociais como particularista, ideológica, racista e sexista, incapaz de pensar as diferenças, portanto extremamente excludente.¹⁰⁵

O entendimento da escola positivista é explicado por Reis como sendo originário da filosofia alemã fundamentada nas teorias de Ranke e Hegel e influenciada pelos princípios iluministas na França. Para esse autor, a partir daí a historiografia se tornou evolucionista, progressista, gradualista e linear, presa ao discurso de igualdade e fraternidade.¹⁰⁶

O entendimento positivista passou a ser mais questionado no século XX, momento que proporcionou muitas mudanças, quebrando paradigmas e barreiras em diversas áreas do estudo, principalmente nas ciências sociais. Foi nesse contexto que surgiu a Nova História, ou História total na França, abordando novas perspectivas no universo da historiografia.¹⁰⁷ Para Burke essa nova forma de pensar está associada à revista dos Annales¹⁰⁸ que teve como fundadores Lucien Febvre e

¹⁰² REIS, 2007, p. 152.

¹⁰³ REIS, 2007, p. 153.

¹⁰⁴ CERTEAU, 2002, p. 88.

¹⁰⁵ RAGO, 1998, p. 25.

¹⁰⁶ REIS, 2007, p. 156.

¹⁰⁷ BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 10.

¹⁰⁸ MATOS, Júlia Silveira. Tendências e Debates: da escola dos Annales à História Nova. *Historiæ*, Rio Grande, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2283/1183>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

Marc Bloch e que influenciou Fernando Braudel e Jacques Le Goff, os quais transformaram a escrita da história questionando o positivismo e tradicionalismo.¹⁰⁹

A nova forma de pensar propunha rupturas com o modo de escrita eurocêntrico, positivista e conservador e possibilitou interdisciplinaridade com outras ciências das áreas humanas. No entanto, as dificuldades e oposições também aparecerem em relação a essa nova História, inclusive “Por causa, antes de tudo, da antiga e tenaz crença de que a história se institui sobre a separação entre o passado e o presente”¹¹⁰ e também por conta dos inúmeros métodos que surgiram, gerando dúvidas e incertezas científicas.

A preocupação com o distanciamento do historiador e da historiadora e o seu objeto de estudo pesou muito na nova forma de escrita da história que buscou sair da macro-história para a micro-história: “Ela parte da estranheza muitas vezes ignorada dos documentos que alimentam o trabalho do historiador”.¹¹¹ Essa perspectiva possibilitou respostas aos silêncios, e deu voz aos esquecidos e às esquecidas da história.¹¹²

As dificuldades encontradas pelos historiadores e pelas historiadoras em relação às definições e estudos gerados pela Nova História no final do Século XX desconstruíram todo um entendimento de escrita histórica e promoveram novos olhares sobre os objetos e versões historiográficas existentes e principalmente sobre as pesquisas que estavam por vir.¹¹³ Segundo Pinsky: “Surgiram novos objetos, e os historiadores passaram a se interessar também pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos do trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade [...]”.¹¹⁴ A história Oral passou a ser um dos métodos mais utilizados para trabalhar a história mais próxima ao objeto da pesquisa chamada de tempo presente, ou contemporaneidade.

Essa nova forma de entender a História possibilitou a visibilidade de muitos movimentos, refletiu a heterogeneidade social, política, econômica e cultural, proporcionou estudos e buscou a subjetividade antes não contemplada e estudada. O movimento feminista, que buscava fôlego para sua sobrevivência, explodiu como

¹⁰⁹ BURKE, 1992, p. 10.

¹¹⁰ BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados Recompostos: campos e canteiros da História*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

¹¹¹ BOUTIER, 1998, p. 48.

¹¹² BOUTIER, 1988, p. 48.

¹¹³ MONTEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia e Memória*. São Paulo, Contexto, 2010. p. 25.

¹¹⁴ PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas (Org.). *História dentro da História*, São Paulo: Contexto, 2005. p. 163.

movimento libertário e buscou espaços para as mulheres na sociedade e mais autonomia do corpo feminino, pois entendia que: “os estudos históricos pelas teorias feministas são inúmeros e profundamente instigantes: da desconstrução dos temas e interpretações masculinas às novas propostas de se falar femininamente do cotidiano, da micro-história”.¹¹⁵

O feminismo introduziu contribuições importantíssimas para a quebra do olhar hegemônico da história quando desconstruiu a intransigência da lei natural, da naturalização dos fatos, criando espaços de pensamento para soltar a voz. A pesquisa em questão nasce nesse espaço, já que a proposta é conhecer a história de Araputanga-MT a partir da narrativa de mulheres. É, pois, importante e necessária a compreensão dos caminhos e métodos utilizados no momento da escrita, o lugar social, as escolhas dos autores e das autoras no momento da gestação da escrita historiográfica, visibilizando sujeitos(as) e silenciando outros(as).

Quando Certeau afirma que nenhum autor é neutro e nenhuma autora é neutra, está alertando para o fato de que essas escolhas não nascem do vazio. No momento que o autor ou a autora escolhem tais elementos e argumentos, praticam subjetivamente uma escolha política, dão voz a algumas personagens e silenciam outras, possibilitando que umas entrem para a história, e outras, para as lacunas do silêncio.¹¹⁶

As mulheres sofreram um processo de silenciamento e um dos métodos para alcançar tais objetivos foi exatamente o processo de naturalização: “A homologação das atividades exercidas pelas mulheres como naturais leva a definir a essência de qualquer trabalho feminino como sexual, biológico, e, portanto, não social”.¹¹⁷ Esse olhar, a todo momento reforçado pela sociedade sexista e racista, tende a negar a importância social dos saberes das mulheres e sua força de trabalho produtiva.

O espaço privado doméstico, naturalizado às mulheres, é identificado como sagrado para a manutenção dos alicerces da instituição familiar. Em contrapartida, sua contribuição é ignorada para o desenvolvimento social, político e econômico. Segundo Louro, “essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’

¹¹⁵ RAGO, 1998, p. 39.

¹¹⁶ CERTEAU, 2002, p. 67.

¹¹⁷ EGGERT, 2010, p. 61.

universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres”.¹¹⁸

Desde as sociedades antigas, as mulheres exerciam atividades fora do espaço doméstico, porém, sempre foram identificadas como complementares aos afazeres masculinos. Ainda segundo Louro: “desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais”.¹¹⁹ No entanto, todo esse trabalho era rigidamente acompanhado e administrado por homens.

Todos os estudos nas diferentes áreas sociais apontam para as desigualdades entre homens/mulheres em diversos setores “[...] denunciando a opressão e o submetimento feminino”.¹²⁰ A argumentação de que homens e mulheres são biologicamente distintos, de que a relação entre ambos decorre dessa forma de entendimento, e que, por isso, cada um/a desempenha papéis diferenciados socialmente, fortalece ainda mais esses distanciamentos e delimitações de espaços e a dominação dos homens e a submissão das mulheres.

Para tanto a Ciência histórica deve preocupar-se com as minorias e com as elites, com os patrões e com os/as operários/as, com os/as idosos/as ignorados/as e com os/as jovens vigorosos/as, com os/as escravos/as, com os povos indígenas, com os/as sem terras, com os movimentos sociais, imperadores/as, construtores/as, mulheres e homens esquecidos/as e marginalizados/as. Mas nem sempre a História foi pensada assim. Nas últimas décadas, no entanto, as pesquisas científicas e sua escrita vêm tirando do silêncio vários grupos que saem da invisibilidade e ocupam seus lugares na história.

2.2 “Araputanga que eu amo. É aqui que eu quero ficar...”¹²¹

A política partidária brasileira, ao longo de sua história, gerou e ainda gera inúmeros jingles e jargões que acompanham eternamente os seus projetores. A expressão “Araputanga que eu amo. É aqui que eu quero ficar, pois não há lugar melhor para se morar” foi um desses jargões que marcou muito o imaginário dos/as

¹¹⁸ LOURO, 2003, p. 17.

¹¹⁹ LOURO, 2003, p. 17.

¹²⁰ LOURO, 2003, p. 18.

¹²¹ Refrão do jingle político de Vano José Batista, em 2008, inspirado na música de César Menotti e Fabiano “É aqui que eu amo”.

araputanguenses naturais da pequena cidade ou que construíram toda uma identidade ao longo do processo histórico.

Esse bordão musical por si só proporciona um estudo e reflexão quanto aos direcionamentos migratórios que a cidade vem experimentando dentro do contexto globalizado nas últimas décadas de sua existência. A pesquisa em questão não tratará especificamente dessas questões, mas ao utilizar olhar metodológico do feminismo, dos estudos de gênero e dos saberes populares das mulheres silenciadas no processo de escrita da historiografia tradicional para que sejam reavivadas por meio de narrativas históricas contada por elas próprias, também essas questões estarão implicadas.

Araputanga é uma cidade localizada no sudoeste do Estado de Mato Grosso. Segundo censo do IBGE de 2010 a cidade conta com 15.342 habitantes.¹²² Está localizada no vale do Jauru, com uma extensão territorial de 1.608,52 Km² e clima tropical e subúmido. Sua vegetação característica é da transição do Cerrado e Floresta Amazônica e faz limites territoriais com os municípios de Rio Branco, Barra do Bugres, Reserva do Cabaçal, Jauru, Indiavaí e Quatro Marcos.¹²³

As informações apresentadas neste capítulo são resultado de pesquisa historiográfica em documentos, como recortes de periódicos, jornais, documentos públicos e acervos privados catalogados pelo Centro de História, Educação e Cultura da cidade.¹²⁴ Além disso, foram consultadas publicações e monografias pertinentes ao assunto divulgadas e disponibilizadas pelos/as respectivos/as pesquisadores/as.

O Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga-MT, popularmente conhecido como (CHEC), é um projeto criado para trabalhar com a memória coletiva dos cidadãos e das cidadãs araputanguenses. Ele nasceu da necessidade de produzir conhecimentos relativos à construção histórica, educacional e cultural do povo araputanguense. O direito à preservação cultural é assegurado por lei, no artigo 215 da Constituição Federal, em que se afirma que o Estado garante a

¹²² IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=510125>. Acesso em: 22 nov. 2016.

¹²³ Estas informações estão contidas no mapa do município disponíveis no Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga. Localizado na rua Carlos Luz, S/Nº.

¹²⁴ O Centro de História, Educação e Cultura é uma instituição municipal legalizada com o *Projeto Lei Municipal, Nº 767/2007 do dia 05 de novembro de 2007* popularmente chamado de CHEC.

todos/as o pleno exercício dos direitos culturais e a valorização da difusão dessas culturas.¹²⁵

A proposta de criação do Centro se efetivou com a Lei Municipal de Nº 767/2007, votada no dia 05 novembro de 2007, na qual o artigo 1º determina que: “Fica criado o Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga, o qual estará trabalhando com a preservação de documentos históricos, artísticos e iconográficos, de âmbitos escritos, orais e visuais”.¹²⁶ Segundo a mesma lei, o Centro tem como finalidade:

Organizar tecnicamente os documentos históricos do município de Araputanga, estabelecendo normas de organização e funcionamento para o arquivo público permanente do município; Guardar e preservar os documentos de valor permanente, recebidos e produzidos pelos órgãos da prefeitura no exercício de suas funções; Arquivar e conservar os documentos de valor histórico e permanente das empresas privadas quando doados, observando a legislação em vigor; garantir acesso aos documentos e informações neles contidas a todos, observando as restrições legais; resguardar as publicações municipais como: livros, artigos, revistas, jornais e monografias; estabelecer e garantir formas de proteção e organização dos objetos históricos doados ao Centro de História, Educação e Cultura;¹²⁷

A inauguração do espaço aconteceu durante as comemorações alusivas ao 45º aniversário do município, em 2008, com a presença do prefeito da cidade Vano José Batista, do deputado estadual Airton Rondina, da Secretária de Educação Bernadete Larranhagas Mamedes, do Pároco Ermínio Celso Duca, com os Coordenadores do projeto Joana Darc Xavier Alves e Isaías Soares de Sousa. Além disso, estiveram presentes membros do poder legislativo e representantes de várias famílias pioneiras que participaram do processo de colonização da referida cidade.¹²⁸

Desde sua inauguração o Centro vem atendendo a todos/as os/as visitantes e pesquisadores/as. Busca trabalhar em função da historia cultural, das tradições, crenças, danças, arte, religiosidade, enfim, da memória coletiva de um povo, formando um espaço privilegiado de incentivo à produção histórica e científica do município de Araputanga-MT.

¹²⁵ BRASIL. CONSTITUIÇÃO [1988]. *Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 138.*

¹²⁶ MATO GROSSO. *Lei nº 767/2007, de 05 de novembro de 2007.* Dispõe do Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga-MT.

¹²⁷ Lei municipal Nº 767/2007 do dia 05 de novembro de 2007.

¹²⁸ ALVES, Joana Darc Xavier. *Conhecendo o Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga.* (Texto de divulgação e funcionamento do CHEC). Arquivo digital do CHEC, 2008. p. 1-5.

O CHEC é de grande relevância para pesquisadores/as, tendo em vista que possui uma diversidade de documentos: escritos, impressos, digitalizados, visuais, audiovisuais, iconográficos e uma variedade de entrevistas transcritas e também digitalizadas.¹²⁹ Todas essas documentações estão abertas ao público, disponíveis para pesquisas e são objetos dessa pesquisa, principalmente as entrevistas transcritas de mulheres pioneiras no processo de colonização.

Os primeiros registros históricos explicam que a história da referida cidade começou a ser escrita e contada no final da década de 1950, quando chegaram os/as primeiros/as migrantes vindos/as de outras regiões do Brasil. Esses/as colonizadores/as acabaram por expulsar os/as habitantes nativos/as (índios/as Bororos/as) para o interior das matas, pois o desmatamento e a exploração fizeram parte do processo de colonização levado a cabo por esses/as, que são chamados/as historicamente de pioneiros/as.¹³⁰

Esses/as novos/as moradores/as vieram de inúmeras regiões do território brasileiro como: Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Ceará. Além disso, a cidade recebeu imigrantes japoneses/as e coreanos/as, que anteriormente residiam em São Paulo. Todos/as foram incentivados/as pelas políticas públicas de interiorização dos governos federais como a Marcha para o Oeste¹³¹ de Getúlio Vargas.¹³²

Essa política de colonização empreendida e iniciada no governo Vargas durante a ditadura do Estado Novo gerou várias consequências para o Estado de Mato Grosso, entre os quais, está o surgimento de dois territórios federais em Ponta Porã ao sul atual Mato Grosso do Sul e Guaporé mais ao oeste (atual Rondônia), levando à divisão do Estado e ao nascimento de dois novos.¹³³

A ocupação e a colonização da região Oeste do Estado de Mato Grosso ocasionaram o nascimento do Estado de Rondônia. Esse processo contribuiu

¹²⁹ ALVES, ,2008, p. 02.

¹³⁰ FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura,1997. p. 266.

¹³⁰ FERREIRA, 1997, p. 266.

¹³¹ Marcha para o Oeste – Foi uma política implantada pelo governo Vargas que incentivava o espírito de brasilidade e o processo de colonização no interior do Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/2756-8442-1-SM%20(3).pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

¹³² SZUBRIS, Elisandra Benedita. *O processo de nomeação da cidade de Mirassol D'Oeste-MT*, Unemat, 2013. p. 1-8.

¹³³ ZUBRIS, Elisandra Benedita. *Cáceres e Região: Nomes que fazem história*. Cáceres, Unemat, 2014. p. 31. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/oldfiles/linguistica/docs/dissertacoes2014/elisandra_benedita_szubris.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

decisivamente com a ocupação da Microrregião do Jauru, no sudoeste de Mato Grosso, composta por 12 municípios: Araputanga, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos. Esses municípios foram se formando nas proximidades da BR 364, inicialmente chamada de 029, que liga os dois Estados.¹³⁴

A ligação entre os dois estados gerou grande fluxo de pessoas, vindas das mais diversas regiões do Brasil em busca das terras férteis divulgadas e propagadas pelas políticas de ocupação dos governos federais iniciadas na era Vargas e estendidas durante os governos populistas e militaristas. Segundo Zubris:

A partir do ano de 1960, o estado de Mato Grosso assiste a um segundo momento da Marcha para o Oeste, o surgimento de novas políticas de colonização de terra motivou outro movimento que estamos denominando de 'Marcha para o Sudoeste', que se caracteriza pela intensa movimentação de migrantes para terras ao sudoeste do Estado.¹³⁵

A abundância de água e a fertilidade do solo facilitaram a instalação desses/as migrantes, embalados/as pelo discurso positivista de "Ordem e Progresso". Eles/as ambicionavam estabilidade financeira com a implantação de uma economia agropastoril. Surgiram, assim, vários núcleos urbanos na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, dentre eles Ituinópolis/Gleba Paixão, nomes dados inicialmente a atual Araputanga.¹³⁶

Na década de 1950 um jovem agrônomo recém-formado, Nelson Costa Marques, requereu como pagamento por um serviço prestado ao Estado de Mato Grosso, uma faixa de terras no total de 25.000 hectares nas proximidades do Ribeirão das Pitas, Rio Bugres e Cabaçal. Nos anos seguintes começou a venda de propriedades com ajuda de outro profissional, Naomassa Uemura, que trabalhava para o então deputado do Estado, Henrique Gomes que, tendo em vista as dificuldades de acesso, sobrevoou a região.¹³⁷

¹³⁴ MUNICIPIOS da Mesorregião Sudeste Mato-Grossense. Disponível em: <<http://brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Mato+Grosso®iao=Sudoeste>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

¹³⁵ ZUBRIS, 2014, p. 32

¹³⁶ ALVES, Joana Darc Xavier. *História & memória de Araputanga - MT/ 1955 à 1980*. Araputanga: Gráfica Osca, 1997. p. 20.

¹³⁷ UEMURA, Naomassa. *A Fundação de Araputanga*. Cuiabá em 20 de junho de 1997. Acervo de entrevistas transcritas pertencente ao Centro de História Educação e Cultura de Araputanga-MT.

Naomassa Uemura chegou a oferecer as terras ao governo japonês que as comprava para os/as imigrantes recém-chegados/as ao país. No entanto, não atingiu o objetivo por conta da proximidade com a Bolívia. O governo preferiu comprar na região de Umuarama, Londrina e no noroeste do Estado de São Paulo. Nesse mesmo período Naomassa convidou o cunhado Fumiu Itai, que contou com ajuda de Bertulino Micheles, para juntos abrirem a picada que dava acesso à região da futura Araputanga-MT, concluída em 1957, começando a venda das terras na região das Pitas.¹³⁸

Os registros históricos sobre o município são poucos e repetitivos, quase que homogêneos em termos de escrita, afirmando que de maneira geral o loteamento e a venda das primeiras propriedades rurais do município foram datados por volta de 1958 pelo engenheiro agrônomo Dr. Nelson Costa Marques. A primeira escritura foi lavrada no dia 26 de julho em favor do Sr. Alcides Vidal Salomé, comerciante residente na cidade de Cáceres-MT.¹³⁹

No mesmo ano, o casal de agricultores José Araújo Barros e Albina Francisca deslocou-se para a região. Trabalharam nas terras do proprietário Alcides Vidal Salomé no processo de colonização, desenvolveram o plantio do café, grande sensação econômica do Estado de Mato Grosso, que, apesar da crise nacional iniciada na década de 1930, tinha grande saída. O café produzido na região era consumido dentro do próprio Estado, valorizando os produtos agrícolas e também pelas dificuldades com infra-estrutura.¹⁴⁰

Vieram também as famílias de Gabriel Vilas Boas e esposa, Bertulino Micheles e esposa¹⁴¹, Irio Matias e Jacomina, Fumio Itai e Aparecida, Eudaldo e Aldenora, os irmãos Oscar e Otávio Gomes que compraram terras e fixaram moradia. Todos/as buscaram desenvolver a agricultura e a exploração do extrativismo vegetal, como a poaia¹⁴² e a madeira, na região que até esse período era chamada de Ribeirão, pela proximidade com o córrego das Pitas.¹⁴³

¹³⁸ ALVES, 1997, p. 23.

¹³⁹ ALVES, 1997, p. 20.

¹⁴⁰ ALVES, 1997, p. 30.

¹⁴¹ A ausência dos nomes das esposas nos documentos historiográficos do município revela a perspectiva patriarcal dos mesmos, fazendo com que até os nomes das mulheres sejam apagados da história da cidade.

¹⁴² A poaia é uma planta medicinal conhecida como ipecacuanha, sendo da família Rubiaceae. Típicas de florestas tropicais úmidas e sombreadas. Seu princípio ativo encontra-se nas raízes e sua ocorrência natural tem diminuído desde o início de sua extração comercial, estando a redução da planta associada ao grande nível de devastação da floresta atlântica. CORRÊA, Márcio Xavier. Memória sobre a economia extrativa da poaia – leste de MG (primeira metade do Séc. XIX). 2012,

Na passagem da década de 1950 para 1960 um grupo de imigrantes coreanos/as, incentivados/as por Nelson Costa Marques, iniciou um vilarejo à margem direita do Ribeirão das Pitas ao qual deram o nome de Ituinópolis. Porém, não permaneceram por muito tempo nesse local. Uma das dificuldades encontradas foi em relação à comunicação, ao idioma. Não falavam o português, comunicavam-se em sua própria língua, dificultando ainda mais o relacionamento com outras famílias que ali residiam.¹⁴⁴

A década de 1960 trouxe novas perspectivas, novas ideias e lutas. Chegaram novas famílias, vindas das mais diversas regiões do território brasileiro como: goianos/as, mineiros/as, paulistas, capixabas, pernambucanos/as, cearenses, japoneses/as e coreanos/as. Essas pessoas trouxeram contribuições para a fusão de culturas, etnias e cores que se constituiu em Araputanga.¹⁴⁵

A divulgação das terras pelos corretores, amparada pelas políticas governamentais, facilitou sua venda e seu povoamento com a chegada de inúmeras famílias, entre as quais Sato, Salomé, Mamedes, Pimenta, Horácios, Rosa Ferreira, Dutra Leão, Cardoso, Sardinha, Xavier, Cândido da Silva, Cândida de Jesus, Tavares, Tristão, Moraes, Santos. Muitas outras foram chegando no avançar da década como: Viana, Souza, Gonzaga, Damião, Pardim, Carapiá, Almeida.¹⁴⁶

A maioria das famílias de colonos/as que chegaram à região era chefiada por homens. Mas havia também mulheres que vieram sozinhas como Maria Clemente dos Santos, que saiu de Garanhuns, no Estado de Pernambuco e chegou à região em 1961, com três filhos (Arnaldo, de 12 anos, Geraldo de 07 e Edivaldo de 06). A família viajou na carroceria de um caminhão e quando chegou passou a residir nas terras de Ivo Vidal Salome.¹⁴⁷

Maria Clemente, popularmente chamada de Pernambuca, trabalhou para conquistar um espaço em uma sociedade masculinizada, principalmente em termos de trabalho, cuja forma mais comum era a derrubada das matas. Além do trabalho pesado, foi parteira e recebeu nos seus braços a primeira criança nascida na região. Trabalhava na roça, lavava roupa, cuidava dos filhos, criava muitos porcos e

Juiz de Fora-MG. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/M%C3%A1rcio-Xavier-Correa>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

¹⁴³ FERREIRA, 1997, p. 268.

¹⁴⁴ ALVES, Joana Darc Xavier. *História e Memória de Araputanga-MT*. Nova edição. 1997. p. 14.

¹⁴⁵ ALVES, 1997, p. 30.

¹⁴⁶ ALVES, 1997, p. 24.

¹⁴⁷ SANTOS, Maria Clemente dos. *Biografia*. Araputanga, 2007. Acervo pertencente ao Centro de História e Educação de Araputanga.

galinhas. Depois de alguns anos adquiriu terras com a ajuda dos filhos, onde residiu até sua morte.¹⁴⁸

De Ribeirão das Pitas a localidade passou a se chamar Ituiunópolis e mais tarde Gleba Paixão, em homenagem às belas terras da região. Mas foi inspirado em uma madeira que os/as pioneiros/as deram o nome oficial à cidade – Araputanga. A cidade nasceu oficialmente no dia 23/05 de 1963, quando foi vendido pela família Sato o primeiro lote urbano ao Sr. Antônio, sobrinho do Zé Elias. Em seguida inúmeros/as outros/as cidadãos/as adquiriram lotes na vila. O mesmo nome foi dado à rua mais tradicional da cidade que, em 1969, também passou a ser chamada de Araputanga.¹⁴⁹

Araputanga é o nome popular da madeira mogno, cientificamente chamada de *Swietenia Macrophylla*. A historiografia descreve que essa madeira foi muito usada, chegando à extinção em 15 anos. A busca pelo mogno era violenta. A madeira era preciosa, a procura no mercado cada vez mais crescia, o lucro era certo e com essa exploração a madeira estava com os dias contados.¹⁵⁰

A legislação em relação ao meio ambiente sempre foi bem discreta, ou quase inexistente. Não houve nenhum cuidado na prática do extrativismo. A euforia tomava conta de todos/as, os lucros eram certos, e a preocupação com o meio ambiente não era assunto nesse período histórico, só que as políticas públicas incentivavam a ocupação e o desmatamento.¹⁵¹

As serrarias (madeireiras) chegaram a exportar o mogno pelo rio Guaporé. A mão de obra utilizada na extração da madeira e também na agricultura era dos/as próprios/as pioneiros/as. Muitos/as jovens solteiros/as trabalhavam para os/as agricultores/as vizinhos/as complementando a renda familiar.¹⁵²

A economia sempre foi diversificada começando com a exploração da poaia, da madeira e logo em seguida a prática da agricultura do arroz, milho e tudo que servia para o crescimento de uma economia doméstica. A partir da década de 1970 o rebanho foi crescendo com a chegada das indústrias voltadas para essa área.

¹⁴⁸ SANTOS, 2007.

¹⁴⁹ FERREIRA, 1997, p. 268.

¹⁵⁰ ALVES, 1997, p. 22.

¹⁵¹ ALVES, 1997, p. 25.

¹⁵² ALVES, 1997, p. 25.

Além disso, também o ouro (mineração) trouxe estrutura e transformações sociais e grandes investimentos, bem como decepções nas décadas seguintes.¹⁵³

O amadurecimento político aconteceu com a luta pela emancipação em toda a década de setenta, contexto esse que contava com a luta de outros municípios, sendo concluída com a assinatura da emancipação política no dia 14 de dezembro de 1979. A partir de então a cidade tornou-se independente de Mirassol D'Oeste em MT para começar a saga de uma administração pública sob o olhar e a vontade do povo.

Do teu solo se extrai grandes riquezas/ a poaia, a madeira e a agricultura/ O teu rebanho numeroso, que beleza! / Leite abundante/ /Que traz grande fartura! / Tudo o que aqui se conquistou/ É fruto de muito trabalho e união/ Da brava gente, / tão humana e solidária/ Sempre voltada para a cooperação.¹⁵⁴

A letra do hino de Araputanga descreve os ciclos econômicos do vilarejo vividos ao longo de sua história e o discurso de cooperativismo que chegou com grande força a partir da década setenta, tornando-se marca da cidade até os dias atuais.

2.3 Mulheres guardiãs de saberes: sussurros que se tornam gritos

A pesquisa realizada para a escrita desse trabalho teve como objetivo a visibilização da participação de mulheres na história de Araputanga, com destaque para suas trajetórias e seus saberes. Com esse intuito, foram selecionadas 8 entrevistas realizadas com mulheres pioneiras do período de colonização da cidade de Araputanga/MT, disponíveis no Centro de História, Educação e Cultura da cidade.

As narrativas foram selecionadas em um arquivo de entrevistas transcritas existente no acervo digital do Centro de História, Educação e Cultura, tendo como critério a diversidade de saberes de mulheres residentes no pequeno vilarejo no período de colonização nas décadas de 1960 e 1970. As entrevistas foram efetuadas pelos/as funcionários/as da instituição entre os anos de 2007-2009, em

¹⁵³ ALVES, 1997, p. 26.

¹⁵⁴ LIMA, José Nivaldo de. Hino do município de Araputanga. .Melodia por José Nivaldo de Lima. Hinos de Mato Grosso. Wikisource. Disponível em: <https://pt.wikisource.org/wiki/Hino_do_munic%C3%ADpio_de_Araputanga>. Acesso em: 26 fev. 2017.

atendimento do Art. 1º da Lei Municipal 767/2007¹⁵⁵, objetivando trabalhar com a história oral. Foram utilizados recursos tecnológicos audiovisuais, e as entrevistas foram transcritas posteriormente, digitalizadas, arquivadas e disponibilizadas para pesquisadores/as, escolares e os mais variados públicos.¹⁵⁶

Nesse sentido, essa é uma pesquisa de análise documental¹⁵⁷ historiográfica extraindo grande parte das informações das narrativas das mulheres pioneiras que já estão catalogadas e arquivadas na instituição descrita. Todas as entrevistas foram cuidadosamente analisadas e comparadas, fornecendo assim o conhecimento teórico necessário para a produção de textos com olhares diferenciados em relação aos registros históricos já existentes no município, os quais têm características mais factuais. Com isso, visa-se proporcionar novos conhecimentos científicos a partir de uma perspectiva feminista.

As narrativas transcritas coletadas junto ao Centro foram organizadas em forma textual de modo a facilitar a leitura da trajetória das mulheres, sujeitas da pesquisa. Para “André Castanheira Gattaz, a textualização possibilita uma narrativa clara, limpa, em que foram suprimidas as perguntas da entrevistadora ou do entrevistador”.¹⁵⁸ Dessa forma, as narrativas são apresentadas de maneira que sejam de fácil compreensão e agradáveis aos leitores e às leitoras, observando fidelidade ao depoimento.¹⁵⁹ Segundo Eggert: “Gattaz enfatiza que a textualização final é de autoria da pesquisadora”.¹⁶⁰

Por isso, as narrativas foram estruturadas com informações necessárias para um entendimento fluente da trajetória das mulheres selecionadas para essa dissertação, com uma redação partindo das entrevistas completas e originais, disponibilizadas no acervo descrito acima.

¹⁵⁵ Art 1º da Lei Municipal 767/2007: “Fica o Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga, o qual estará trabalhando com a preservação de documentos históricos, artísticos e iconográficos, de âmbitos escritos, orais e visuais.”

¹⁵⁶ Regimento Interno do Centro de História, Educação e Cultura.

¹⁵⁷ A análise documental é pouco explorada na área da Educação como também em outras áreas de ação social, mas é uma tática valiosa na abordagem de dados qualitativos. LUDKE, Menga, 1986. p. 38.

¹⁵⁸ GATTAZ, apud EGGERT, 2003, p. 136.

¹⁵⁹ EGGERT, 2003, p. 36.

¹⁶⁰ GATTAZ, apud EGGERT, 2003, p. 137.

2.3.1 *Filomena Gentile da Silva*¹⁶¹

Filomena Gentile da Silva nasceu em Caldas Novas-GO. Por ocasião da entrevista estava com 77 anos, casada há 58 anos com Francisco Cândido da Silva, mãe de 12 filhos, dos quais 07 nasceram em Goiás, e 05 em Mato Grosso. Mudou-se para Araputanga-MT no ano de 1963, juntamente com 08 famílias em um mesmo Caminhão, gastou um total de 09 dias para fazer o percurso do Estado de Goiás até Araputanga-MT e trouxe, ainda, animais como cachorros e porcos.

O traslado foi feito com famílias conhecidas e desconhecidas. Não tinham água para as necessidades básicas, tomavam banho às margens dos rios quando o veículo parava para o pernoite. Nem sempre havia tempo para preparar barracas, por isso, comumente dormiram ao relento, colocando os colchões que eram tirados do caminhão no chão, dividindo os espaços entre todos/as.

No período da viagem já tinha 07 filhos e trazia os bolsos cheios de comprimidos que eram dados aos filhos para que não adoecessem. Ao fim da viagem uma filha ficou enferma, falecendo de um mal desconhecido (malina) com 01 ano e 08 meses, sendo que os sintomas apresentados foram febre intensa e incessante, principalmente na testa.

Levaram a criança a vários químicos (farmacêuticos) existentes na região, ainda composta, na sua maioria, de mata fechada, e também a tratavam com remédios caseiros e naturais, como chás e até benzeções. Mas não adiantou. Mandaram aplicar duas injeções de penicilina agravando muito o problema, gerou uma reação alérgica, queimando o corpo da criança acompanhada do aparecimento de inúmeras manchas pelo corpo e até no olho, arrebentando posteriormente. Mesmo assim, viveu mais dois meses até o falecimento. Durante essa triste realidade já estava grávida e nem sabia, nascendo uma menina meses depois.

Quando chegou, residiu dentro do vilarejo por um período de 01 ano, e passou por muitas dificuldades financeiras. Nesse período, o esposo adquiriu terras¹⁶², próximo ao córrego das Pitãs. Mesmo grávida, foi conhecer o barraco que tinha sido construído para aconchegar a família.

¹⁶¹ Os nomes aqui usados são verdadeiros, já que as entrevistas estão acessíveis ao público disponibilizados no acervo do CHEC e também com o objetivo de dar visibilidade às mulheres em questão.

¹⁶² A propriedade da família localizava a 05 Km do vilarejo, atual BR 175 no trecho que liga Araputanga ao município de Reserva do Cabaçal-MT. Disponível em: <<http://www.mapas-brasil.com/mato-grosso.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Inicialmente não gostou do lugar, porque o acesso ao barraco era difícil, com enormes atoleiros, arrastando a barriga no lamaçal para chegar ao local. Mesmo com os transtornos da viagem e o cansaço, fez almoço para todos que trabalhavam na construção do barraco, chegou à conclusão de que era um local inviável para moradia, pela enorme dificuldade de acesso. Na tentativa de solucionar o problema mudou-se o local do barraco para próximo à mata.

A mudança foi efetuada parcialmente, quando certo dia, uma onça pegou um cachorro da família bem próximo ao barraco, o que causou muito medo, já que tinham muitos filhos, e a maioria eram pequenos e, portanto, corriam sérios riscos. Com isso resolveram construir uma casa coberta, fechada de tabuinha, bem melhor que a outra. Mudaram antes mesmo de terminar, porque havia muitos peões que trabalhavam nas terras, e ela tinha que cozinhar para todos.

Um dia foi comunicada por um compadre chamado Oscar que tinha chegado um caminhão no vilarejo e deveria aproveitar aquela oportunidade para transportar a mudança para a casa que estava em construção. E assim foi feito. Até os capados (porcos gordos e castrados) que estavam no chiqueiro foram colocados no caminhão, sendo que um não suportou a viagem e morreu na estrada. Além disso, foram pegos alguns bezerros no caminho e também colocados no caminhão. A realização do trajeto demorou um dia.

Quando chegaram, a casa não estava terminada e as portas ficavam abertas. Passaram muito medo com as onças, cujos uivos ouviam durante a noite, e pensavam nos perigos que os filhos corriam. Na agricultura, plantaram arroz e milho e para comer, tinham porcos, galinhas e arroz. Quando iam a Cáceres-MT, compravam o feijão, café, açúcar e outras coisas. Quando o açúcar terminava usavam garapa e assim viviam todos.

2.3.2 Altina Cândida Xavier

Natural de Minas Gerais, Altina Cândida Xavier, casada com Francisco Sobrinho Xavier, mãe de 03 filhas, chegou à região de Araputanga-MT com os pais ainda criança, vindos de Goiás em 1963. Aprendeu a trabalhar muito cedo com a mãe por questões de sobrevivência nos serviços mais variados. A família era de classe baixa, tirando o sustento através do trabalho em terras de terceiros.

Altina colecionou objetos e utensílios históricos e foi grande colaboradora do Centro de História, Educação e Cultura com doações de objetos pertencentes ao espaço doméstico durante o período de colonização do vilarejo, na segunda metade do Século XX. Além disso, demonstra agilidade, proximidade e entendimento no manuseio de cada objeto e utensílio do acervo pessoal doado e catalogado pela referida instituição.¹⁶³

Trabalhava juntamente com suas irmãs descaroçando o algodão, passando pelo processo de cardar, fazendo pastinhas que eram colocadas nos balaios. Quando estes estavam cheios eram levados até à roda e começava o processo de fiação da linha, formando o novelo do algodão cru, sem pintar. Era comum, quando a carda estava velha, com dentes caídos ou enferrujados, que ganhassem de presente uma nova de uma pessoa próxima.

Quando tecia vários novelos de linha iniciava o processo de tintura, e o novelo era desfeito e levado à dobradeira, formando as meadas para não enrolar durante a fervura para o tingimento. Logo após esse processo as meadas eram tiradas das vasilhas de fervuras, enxaguadas várias vezes e levadas para secagem, formando os novelos novamente, agora tingidos.

No processo de tecelagem as linhas finas eram usadas para tecer a coberta, enquanto as grossas eram usadas para o bordado, proporcionando uma maior visibilidade, sempre utilizando cores variadas. Para a confecção de uma coberta eram utilizados 2 kg de linhas, um de linha fina para formar a manta e 01 de linha grossa para bordar. Pela ausência de balança a pesagem era feita utilizando uma garrafa de pinga cheia de água até o pescoço correspondendo a 01 kg de linha. Tecia-se primeiramente uma parte e, logo depois, outra e emendavam-se as duas formando a coberta, utilizada por todos/as da região, independente de classe social.

Descreve que havia também o processo de confecção dos colchões que eram feitos com as linhas ainda no processo rústico, deixando uma pequena abertura no meio para o enchimento com palha de milho bem rasgada e sem o sabugo para não machucar, sendo coberto por um lençol. As camas eram de madeira, feitas de forquilhas fincadas no chão da casa e ripas de taboca. Ao amanhecer do dia era comum agitar as palhas dentro do colchão com as próprias mãos para que ficassem fofas, aparecendo à beleza do lençol e a organização.

¹⁶³ Acervo filmográfico do Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga/MT.

Quando casou, preparou o próprio enxoval, teceu as linhas para a confecção do lençol, toalha de mesa e banho, forro para a prateleira, pagando apenas para tecer, fornecendo a matéria prima. Com as sobras das linhas faziam os cochunil para os arreios dos animais proporcionando maior maciez nas viagens a cavalo e também beleza. Presenteou o sogro com um cochunil azul e o esposo com um vermelho, gerando satisfação e alegria aos dois com a obra prima.

Ganhou uma roda de fiar do então namorado Francisco (Chico Gato) porque utilizava muito e não tinha a sua própria roda, dificultando o trabalho. Na preparação das linhas era possível fiar bem fininhas, colocando-as em carretéis, sendo que esse processo era demorado, pois o trabalho não rendia. A linha fiada era utilizada no remendo das roupas da família. Os travesseiros também eram confeccionados com o mesmo tecido, costurados à mão e, na abertura eram preenchidos com sementes secas da paineira.

Trabalhava muito em casa passando roupa com o ferro a brasa. Colocavam o sabugo de milho para queimar até formar brasas, que eram colocadas dentro do ferro para aquecer, passando as roupas. Quando as brasas estavam apagando, sopravam reavivando-as novamente. Caso acabassem reabastecia novamente até o término do serviço.

Socava arroz juntamente com as irmãs para o abastecimento da família. Esse trabalho podia ser feito individualmente, em dupla ou até tri, e exigia habilidade no manuseio. Socou todo o arroz consumido na festa do próprio casamento que contou com uma grande presença de parentes e amigos/as na época. Todo esse trabalho foi feito nos fins de tarde e começo da noite, porque ajudava o pai e os irmãos durante o dia na lavoura.

2.3.3 Marisa José Pardim da Silva

Natural de Poxoréu-MT, Marisa José Pardim da Silva chegou em Araputanga-MT no dia 1º de agosto de 1966, aos 14 anos de idade, filha de Francisco Félix Pardim e Enedina José Pardim. A lavoura foi um dos principais motivadores da vinda da família para a região, já que a terra era bem produtiva.

De família humilde, trabalhava nas terras de outros proprietários para tirar o sustento. As terras eram recebidas por arrendamento, normalmente acordando o pagamento de 20% da produção. Quando colhiam, tiravam o correspondente ao

valor do proprietário e o restante era para o sustento da família e comumente trabalhavam fazendo diárias em outras propriedades para complemento. A primeira lavoura cultivada pela família na região corresponde ao perímetro urbano nos dias atuais, porque naquele período havia apenas algumas casinhas, próximo à praça da igreja São José, onde nasceu o vilarejo nas proximidades da Rua 23 de Maio.

Durante o dia trabalhava como doméstica na residência do casal Beth e Shiguimitu Sato, complementando a renda familiar com costuras no período noturno. Também dava aulas complementares alfabetizando as poucas crianças da região, já que ainda não havia uma instituição escolar estabelecida na região para receber as crianças em idade escolar.

Começou a estudar muito cedo, em Poxoréu-MT e foi alfabetizada pelo pai, chegando ao colegial bem novinha em torno de 09 para 10 anos. Fez o exame de admissão, mas não pôde ser matriculada por falta de idade, ficando como ouvinte nas séries iniciais do período ginásial de uma escola, administrada por freiras.

Quando a família se mudou para a cidade do Porto Esperidião o professor da única escola da cidade foi afastado por motivos de saúde. Marisa assumiu a sala de aula durante muito tempo, mesmo não tendo idade nem formação. Nesse período também alfabetizou primas e irmãs. Quando chegou ao vilarejo da atual Araputanga tinha experiência proporcionada pelas oportunidades da própria vida, foi convidada a ministrar aula, porque a professora que fazia esse papel havia voltado para Goiás.

Rezava os terços na igreja São José, juntamente com suas irmãs e outros membros da comunidade, além de fazer parte da equipe de canto, atuando também como catequista durante muitos anos. Após a missa, brincavam na rua 23 de Maio esquina com Carlos Luz, de passar anel, cantigas de rodas e outras brincadeiras de criança da época, já que esse era o local de encontro dos/as jovens e suas famílias. Era comum que os/as jovens chegassem às residências de madrugada, por volta duas horas da manhã, divertindo-se nas noites claras.

No vilarejo não havia rede elétrica. A música do forró era com sanfona e o lazer dominical era no campo de futebol com grande presença de público. O namoro era só de olho e raramente o casal de namorado/a pegava na mão, para não gerar constrangimento.

No ano em que casou, por volta de 1969 a 1970, também ministrou aula na região do Imbé¹⁶⁴ para vários/as adolescentes da região. Ora recebia remuneração, ora não. Algumas famílias mandavam alimento como forma de pagamento pelo trabalho, outras não tinham e não mandavam nada, e a escola não era institucionalizada. Depois de algum tempo mudou-se para região de Farinópolis¹⁶⁵, sendo contratada pela prefeitura de Mirassol D'Oeste como professora.

Residiu em Farinópolis por 11 anos, onde atuou como diretora, professora e merendeira da pequena escola construída com tábua e coberta de tabinha. A escola tinha apenas duas salas e não conseguia atender a demanda das crianças da região.

Terminou seus estudos pelo Logos.¹⁶⁶ Fez um vestibular de admissão e foi aprovada para cumprir um total de 100 módulos no município de Mirassol D'Oeste. O excesso de carga horária, a falta de material e as dificuldades com a locomoção a levou a desistir faltando 20 módulos para terminar. Ela andava 08 km a pé, pegava o ônibus de linha, deslocava até Mirassol¹⁶⁷, estudava, retornava fazendo todo o percurso novamente até chegar a sua residência. Concluiu os estudos tempos depois, no município de Araputanga, com a professora Palmira.

Ficou viúva aos 29 anos e sofreu muito com a exclusão promovida pela sociedade, que a criticava exigindo um comportamento de recolhimento e renúncia. Com 08 meses de viuvez ainda era proibida de pintar as unhas. Recebeu forças de um grupo de freiras Católicas da congregação pacionistas que passaram a residir no vilarejo, acolhendo toda a comunidade porque tinham estrutura financeira e formação, ajudando toda aquela gente.

2.3.4 *Maria Mamedes Borges*

¹⁶⁴ Uma das regiões mais antigas do município de Araputanga-MT.

¹⁶⁵ Vilarejo pertencente ao município de Araputanga.

¹⁶⁶ Marisa Pardim: "Logos II era um ensino a distancia, na verdade, porque quem não tem conhecimento, não tem oportunidade, não tem documentação. Logos II era modular, você fazia as disciplinas, por exemplo: Português era 20 Módulos, matemática era 20 e assim sucessivamente. História parece que era 15, 12. Então você ia eliminando as matérias de acordo com o que você quisesse." Acervo do Centro de História, Educação e Cultura.

¹⁶⁷ Distância percorrida entre Farinópolis e Mirassol D'Oeste gira em torno de 60 Km de estrada sem ser asfaltada e sem manutenção. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Distancia+de+Mirassol+D%27OesteMT+e+Farin%C3%B3polis+em+MT&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws_rd=cr&ei=Wn6zWImTJciHwgTZkYKAAw>. Acesso em: 18 dez. 2016.

Casada com Pedro Duarte Borges, mãe de 05 filhos, Maria Mamedes Borges nasceu em Goiás, mudou-se para Mato Grosso em busca de melhoria de vida e residiu inicialmente em Cáceres. Adquiriu uma fazenda na região de Araputanga-MT, mudou-se logo em seguida. A família residiu e trabalhou na fazenda por um tempo e, posteriormente, montou uma farmácia dentro do vilarejo.

Aprendeu a fazer partos, observando médicos nos hospitais no Estado de Goiás e no Mato Grosso na cidade de Cáceres, onde trabalhava livremente sem ser enfermeira cativa ou fixa no hospital. Com a inauguração de uma farmácia no distrito de Araputanga, passou a ter mais liberdade e acesso aos remédios de que precisava para o trabalho nos partos, facilitando o desempenho da atividade. Ia sempre sozinha para a prática do ofício.

Os partos eram feitos nas residências, não havia lugares específicos. Fez em torno de 920 partos na vida, sendo que a maioria deles na cidade de Araputanga, no período de colonização, onde praticou o ofício de partejar. Ficou mais de 05 anos com a farmácia e resolveu mudar para o Estado de Rondônia, para o município de Cacoal, à procura de melhorias.

Em todo o ofício de parteira vivenciou muitos partos complicados, levou muitas mulheres para médicos porque era impossível a realização de forma normal. Em relação a partos atrapalhados, um dos piores foi o caso de uma criança que nasceu pelos pés e parou a cabeça no canal, sendo preciso levar ao médico, que cortou o pescoço do feto que já tinha morto enforcado, fazendo a cesariana logo em seguida.

Sempre gostou de ser parteira, praticou o ofício com todo prazer, enfrentou geadas, andou a cavalo à noite com muita dureza, atendendo a qualquer hora do dia e da noite. Tinha um cavalo específico em um pasto perto da porta, sempre preparado para essas empreitadas. Nunca fez promessa quando diante dos partos difíceis porque sempre foi evangélica e nunca praticou essa devoção.

Cobrava somente os remédios usados no decorrer dos partos e sempre saía equipada, sozinha, acompanhada apenas com a pessoa que vinha chamar. Fez os partos de praticamente todas as noras e filhas e quase todos os netos nasceram no município de Araputanga-MT.

2.3.5 Adelaide Cardoso

Nascida em Goiás e casada com Miguel Cardoso, Adelaide Cardoso chegou à cidade em 1964 e trabalhou muito no processo de construção do primeiro templo Católico de Araputanga, que foi a igreja São José. Fez parte da diretoria da igreja juntamente com seu esposo, sabendo o valor de cada tijolo usado na obra.

Organizou inúmeras promoções para angariar fundos e possibilitou o prosseguimento da obra. Visitaram sítiantes e fazendeiros da região em uma carroça pedindo galinhas, porcos e bezerros para leilões e quermesses. No trabalho comunitário contava com ajuda das amigas: Luiza, Zefinha e Maria Lina, que chegou um pouco mais tarde e também ingressou no serviço comunitário.

Residiu muito tempo na cidade de Porto Esperidião, atuando na equipe de música cantando, rezando e animando a comunidade. Quando se mudou para Araputanga, procurou se entrosar com mulheres que já faziam esse trabalho na comunidade Católica, como Marisa Pardim e suas irmãs, filhas da dona Anedina.

Sempre atuou em vários setores da comunidade na organização de eventos. Muitas pessoas não entendiam, até criticavam esse comportamento e ela chegou a ser chamada de enxerida por muito fiéis. Sempre respondia para quem comentava que a igreja, a casa de Deus, era grande e havia lugar para todos/as.

Quando o primeiro pároco chegou à comunidade, organizaram uma festa com um grande almoço comunitário, enquanto um grupo de fiéis fazia uma passeata com o Pe. Celso, sentado no capô do carro pelas ruas do vilarejo. Com o tempo, construiu uma casinha próxima à igreja São José para o acolhimento do novo sacerdote e as refeições eram feitas na residência de um casal de fiéis (Eva e Zé Gato).¹⁶⁸

Descreve que as festas religiosas eram muito boas. Havia quermesses com muitos leilões de frangos assados, bolos e até cestinhas com bananas maduras doadas. O povo dava as prendas, e durante a festa arrematava com a finalidade de ajudar as obras de ação social da igreja.

Moravam dois quilômetros do centro de Araputanga e era sempre a primeira a chegar e a última a sair. Na maioria das vezes, o percurso era feito a pé ou de

¹⁶⁸ Eva e Zé Gato eram filha e genro de Adelaide e Miguel Cardoso e fizeram isso por intervenção dos mesmos que atuavam na coordenação da igreja. Entrevista transcrita de Adelaide Cardoso no acervo do CHEC – fonte das informações.

carroça. Quase ninguém queria pegar responsabilidade na igreja, e seu esposo ficou muito tempo na coordenação, saindo por um período e voltando novamente por falta de disponibilidade de outros/as. Nesse tempo sempre atuou ao lado do marido tomando todas as decisões e encaminhamentos necessários sob o olhar do sacerdote.

O casal era proprietário de 50 alqueires de terras, praticamente dentro da cidade, atual trevo, nas quais praticaram inicialmente a agricultura e depois a pecuária leiteira. Nunca gostou de política e sempre votou simplesmente por votar. Seu interesse sempre foi pela parte religiosa da cidade.

Quando chegou, já havia um pequeno templo de adobe cru. Depois resolveram construir a igreja São José, que foi erguida por fora, e a outra foi derrubada, servindo de aterro para a igrejinha atual. Como a outra igrejinha era muito pequena, na época de festa erguiam uma barraca de lona na frente do templo para abrigar todos/as os/as fiéis. Esse foi um dos principais motivos de incentivo para a construção do novo templo.

Achava difícil trabalhar com os velórios da época, porque o morto ficava deitado no banco até fazer o caixão de madeira na casa do próprio morto ou na casa do senhor Eudaldo, que praticava o ofício de construir urna funerária. Não identificava a região como sendo violenta, já que tinha poucos assassinatos e poucas mortes em geral.

Além das festas religiosas em honra aos santos padroeiros, havia as festas de devoções, que eram praticadas nas residências, como na de dona Filomena e Chico Tatu, em devoção a São Sebastião. Ali os/as convidados/as, após a reza do terço, eram agraciados/as com muitos doces e biscoitos.

Os casamentos aconteciam na cidade do Porto Esperidião com muitas dificuldades, principalmente de transporte, porque não havia estrada e haviam muitos atoleiros. Quando chegavam as festas, eram com muita fartura e, normalmente, serviam muito frango, macarrão e alguns matavam vaca e faziam carne de tacho guardada em latas.

Explica que eram comuns os passeios nos dias de domingo, porque as famílias iam às casas dos/as amigos/as, vizinhos/as e parentes. Isso se dava no decorrer do dia. À noite ninguém saía porque não tinha luz, o que dificultava as saídas. Por morar perto da estrada, recebia muitas visitas e isso era muito bom. A propriedade da família fazia fundo com o córrego das Pitas, que não era poluído e

pescava muita traíra e bagre. Mas com o tempo os fazendeiros e sitiantes começaram a fazer os mangueirais de porcos, com acesso ao córrego, poluindo tudo.

2.3.6 Maria Lina da Silva

Maria Lina da Silva é natural de Goiás, casada com Sebastião Felipe da Silva, mãe de duas filhas e 01 filho falecido, avó de 04 netos. Chegaram à região procurando terras boas para o plantio de lavouras e moravam inicialmente em Cachoeirinha, por uns 30 dias, depois Santa Rosa, e posteriormente, Araputanga-MT.

Desde que chegou, atuou como catequista de Primeira Comunhão, depois perseverança, e por fim, batismo. Sempre trabalhou na equipe de caridade, mesmo sem a presença de padres. Quando o 1º pároco, Pe. Ermínio Celso chegou à comunidade no ano de 1975, começaram a construir uma casinha próxima à igreja São José para atendimento à família da dona Julita, uma viúva muito doente, bem menos favorecida e com 05 crianças.

Trabalhou vendendo espetinho e salgadinho no salão da alegria juntamente com outros membros da comunidade, angariando fundos para a construção dessa obra composta de duas casas em atendimento a famílias carentes da comunidade que crescia, ficando cada vez mais visíveis os problemas sociais. A equipe de Caridade continua atendendo na casa do peregrino próximo à igreja matriz e trabalhando com os/as mais pobres e oprimidos/as com visitas, acolhimento, doações de cestas básicas, atendimento a idosos/as e outros serviços.

Recebiam remédios comumente da Itália, por intermédio do Pe. Ermínio Celso, natural da Itália, e as bulas vinham em italiano. A irmã da Congregação Monte Calvário, chamada Davina, fazia a tradução para que o remédio pudesse ser utilizado e indicado às pessoas enfermas. Quando não conseguiam solucionar o problema dos/as pacientes, levavam ao médico e faziam promoções para cobrir as despesas com as consultas e o hospital.

No caso do tratamento de uma criança, filha do Sr. Manoel Baiano e dona Miqueias, que tinha sido levada ao hospital e atendida pela equipe médica composta pelos doutores Queirós, Serafim e Mathias, foi dado um prazo para o pagamento da dívida. Para efetuar o pagamento, foi feita uma quermesse na escola Costa

Marques, onde Raimundo e Sibéria eram membros da equipe de caridade e ao mesmo tempo professor e diretora da instituição.

A equipe conseguiu os frangos, que foram limpos e assados na sua residência e posteriormente vendidos na escola Costa Marques o que gerou um corre - corre danado. No final da noite, dançaram e o padre, que não apoiava dança nas festas, ficou sabendo. Por isso não queria aceitar o dinheiro da promoção para o pagamento da dívida. Isso deixou todos/as assustados/as, mas mesmo assim pagaram o hospital, e o padre compreendeu.

Também era comum levar os/as doentes ao médico, e a pessoa não sobreviver, sendo necessário cuidar também do velório e dos filhos órfãos, que não tinham o necessário para comer e muito menos remédios para as necessidades básicas. Hospedava inúmeros doentes em sua própria casa porque os membros da família não sabiam ou não podiam dar os remédios na hora certa, para o prosseguimento correto do tratamento.

2.3.7 Elizabeth Eiko Nagagi Sato

Casada com Shiguimitu Sato, mãe de 03 filhos, professora de geografia, natural de São Paulo, Elizabeth Eiko Nagagi Sato chegou à região com o propósito de conhecer Araputanga-MT. Ficou assustada com a distância, a falta de estrutura, já que a energia era a motor, ligada somente no período noturno, e com a quantidade de pessoas que se concentravam próximo à praça São José para conversas e divertimentos, mostrando o andamento do processo de ocupação do vilarejo e região.

Chegou à cidade em definitivo no ano de 1974, já casada, e iniciou o trabalho de professora no ano seguinte, em 1975. Com o passar dos anos, começou a questionar sobre a fundação da cidade, porque, oralmente, a população defendia como fundador o Sr. João Sato e os registros históricos existentes na prefeitura apresentavam o Sr. Nelson Costa Marques. A polêmica persiste até a atualidade, a explicação está na doação das terras e na localização da cidade.¹⁶⁹

¹⁶⁹ A problemática envolvendo o Pai fundador de Araputanga/Mt ainda está viva e o discurso em torno do Pai fundador ainda não foi totalmente definido. ALVES, Joana Darc Xavier. *O Pai fundador de Araputanga*. Monografia de final de curso (Especialização *Lato Sensu*) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2002.

Trabalhou incansavelmente no levantamento e no processo de uma pesquisa escolar e proporcionou a organização de um acervo particular com documentos escritos, visuais, iconográficos e material, relacionados ao histórico do município. Esse material passou a ser peça fundamental na releitura da escrita histórica do município de Araputanga-MT nos anos seguintes.

2.3.8 Maria Figueiredo dos Santos

Enfermeira, popularmente conhecida como Maroca, Maria Figueiredo dos Santos chegou a Araputanga-MT no ano de 1972, quando recebeu o convite para residir e trabalhar no primeiro hospital do pequeno distrito que se desenvolvia. Em Rondonópolis, já atuava na profissão no hospital Santa Lúcia e, por intermédio dos senhores Zico Luciano e Antônio Pimenta e dos médicos Zé Mathias Neto, Serafim e José Queiroz da Silveira, veio a atuar como enfermeira juntamente com outras jovens: Sueli, Meire e Marli, todas solteiras.

Inicialmente a comunidade pagou o aluguel para as enfermeiras recém-chegadas, por um período de seis meses, e o hospital foi instalado em um prédio que tinha sido construído por um senhor chamado Sr. Estenil, com a finalidade de abrir um hotel localizado na Rua Carlos Luz. A implantação não foi fácil e a adaptação à cidade por parte de toda equipe foi mais difícil ainda, tanto das enfermeiras, como dos médicos.

Quando a nova equipe médica chegou à cidade, existia apenas uma farmácia, e o atendimento era feito pela enfermeira e parteira Maria Mamedes. Depois de 45 dias de estabelecimento da equipe médica surgiu o primeiro caso grave. Era uma criança que tinha que fazer uma cirurgia e o hospital não havia ficado totalmente pronto. No final tudo deu certo e a pequena menina sobreviveu, mesmo com toda falta de estrutura.

Para que viesse com a equipe, os médicos ofereceram trabalho para sua filha de alcunha Sônia, popularmente chamada de Soninha. Ela foi aprendendo o ofício do trabalho de enfermagem com as profissionais do hospital e acabou atuando e se efetivando como enfermeira municipal da saúde pública de Araputanga.

O hospital improvisado funcionou por um tempo, e com a chegada de novos médicos, começou a construção do hospital geral no final da década de 1970, sendo inaugurado na década seguinte. Da equipe inicial de médicos e enfermeiras que veio

para o pequeno vilarejo, Maroca foi a única que permaneceu até o fim da vida na cidade, se estabelecendo com a nova equipe médica.

Passou por muitas dificuldades na profissão, como a morte da colega de trabalho, a enfermeira Sueli, que desmaiou em seus braços 03 dias depois de ter feito cesariana, vindo a óbito depois de 45 dias de UTI. O que mais a alegrou em sua carreira foi trazer crianças ao mundo, sabedora de que muitas crianças que passaram por suas mãos se tornaram cidadãos naquela sociedade e Brasil a fora.

Acha bonitas as profissões de enfermeira e parteira, mas sabe que não tem muito valor e nem uma política salarial digna. Atuou 33 anos como enfermeira na cidade de Araputanga e, mesmo depois de aposentada, continuou trabalhando como parteira em casa.

Enfim, o conhecimento das narrativas históricas de mulheres pioneiras de Araputanga-MT, partindo de uma metodologia feminista, proporciona uma leitura da relevância da pesquisa, o que fez dela única no campo do saber científico local. Ainda que as informações apresentadas não estejam relacionados na historiografia araputanguense, devem ser visibilizadas, já que tornar o invisível visível faz parte dos objetivos dessa pesquisa, corroborando para o empoderamento das mulheres.

Dialogar com as informações preciosas identificadas nas narrativas pesquisadas, buscando o invisível, observando os sussurros e também o não dito, possibilita uma compreensão da história das mulheres migrantes no início da colonização araputanguense.

3 A SOCIABILIZAÇÃO DOS SABERES

A idéia [sic] é que justamente nos saberes menosprezados das e pelas próprias mulheres é que existe a possibilidade da recriação, da visibilização de saberes e, com isso, da construção de outros espaços e formas de poder.¹⁷⁰

As sociedades, ao longo da história, foram definindo papéis e funções diferenciadas aos sujeitos conforme os sexos, idade, classe social, política e tantos outros critérios que geram a marginalização e supressão de alguns grupos e exaltação de outros. Desde os primórdios da humanidade a posição das mulheres na maioria das sociedades foi de ser propriedade do pai, passada posteriormente ao marido, sem direitos. Essa desigualdade foi se firmando e solidificando em sociedades sexistas bem estruturadas perpassando gerações, com discursos que, na maioria das vezes, se manifestam de forma sutil e naturalizada. Um dos caminhos para a desconstrução da sociedade em questão é tirar da invisibilidade os espaços e os saberes e as experiências das mulheres, e é isso que a pesquisa oportuniza.

3.1 Entre o privado e o público: saindo da (in)visibilidade

As mulheres, no modelo social familiar sexista, exercem um papel bem definido, associado ao cuidar. Elas são vistas como esteio, pilar, sustentação para a organização familiar, primeiramente na procriação dos rebentos e, posteriormente, repassando os conhecimentos na formação dos/as filhos/as e na educação moral da sociedade. “Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro”.¹⁷¹

As exclusões femininas dos espaços públicos e sociais acontecem de forma forte e silenciosa, gerando a invisibilidade até mesmo do próprio espaço privado ocupado pelas mulheres. “Em primeiro lugar, essa invisibilidade se deu porque as mulheres foram menos vistas no espaço público”¹⁷², pois são esses espaços públicos que promovem mais a visibilidade. Quando se fala em silenciamento das mulheres, ele se dá de forma total, invisibilizando não apenas as mulheres, mas o

¹⁷⁰ EGGERT, Edla. *Narrar processos: tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 28.

¹⁷¹ PERROT, 2006, p. 186.

¹⁷² EGGERT, Edla (Org.). *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 53.

trabalho e o espaço privado como um todo, cabendo a elas o título de “rainha do lar”.¹⁷³

Entendendo ser importante, no processo de visibilização das mulheres, conhecer e repensar os espaços ocupados por elas é que se pergunta pela presença das mulheres na história araputanguense. Esse processo inicia com a ocupação da região, no início da década de 1960, quando inúmeras famílias de diversos estados brasileiros, principalmente da região central de Goiás (São Luís de Montes Belos, Mossâmedes, Firminópolis, Aurilândia, Anicuns)¹⁷⁴ migraram em busca de terras para o desenvolvimento da agricultura. Como afirma Filomena:

Mudamos para cá em 1963. Quem falou para nós das terras foi o corretor Oriston Cândido e quando vim para cá já tinha 7 filhos e nós saímos de lá 13 de junho e chegamos aqui no dia 22 de junho, gastamos 09 dias na estrada. Viemos 09 famílias em um caminhão só, tinha cachorro e porco dentro do caminhão.¹⁷⁵

Uma das características das mulheres migrantes pode ser associada à *preocupação com o cuidar* do/a outro/a como, por exemplo, dos/as: filhos/as, esposos, irmãos/ãs, parentes, amigos/as, compadres, vizinhos/as. É possível identificar facilmente esse perfil nas mulheres partindo dos saberes visibilizados nas narrativas.

A preocupação e o zelo estavam a todo instante presentes em suas ações, inclusive durante as viagens que tinham como destino final a região do Ribeirão das Pitas. Assim o descreve a pioneira Filomena em sua entrevista, em que relata as dificuldades durante o traslado: “eu vinha com o bolso cheio de comprimido dando para os meninos”¹⁷⁶, já que as viagens eram longas e cansativas como a narrativa anterior descreveu. Segundo Perrot: “A dona de casa herda suas funções”.¹⁷⁷ Esse entendimento da ocupação do espaço privado por parte das mulheres se fortaleceu ainda mais com o advento das sociedades modernas e burguesas no Séc. XIX.

O olhar das mulheres, como sujeitos, é diferenciado em relação à visualização dos fatos, porque todos os indivíduos são frutos de uma fabricação social das diferenças, impostas de forma sutil, quase imperceptível pelas instituições

¹⁷³ FAOUR, Rodrigo. *História Sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Ed. Record, 2006. p. 96.

¹⁷⁴ IDENTIFICAÇÃO das cidades do Estado de Goiás citadas. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=522010>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

¹⁷⁵ SILVA, Filomena Gentile da. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC. 2007-2012.

¹⁷⁶ SILVA, Filomena Gentile da. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

¹⁷⁷ PERROT, 2006, p. 190.

sociais.¹⁷⁸ As mulheres se preocupam com aquilo que foi ensinado a elas e não porque elas têm que pensar apenas desse cuidar como Filomena expõe: “tinha dia que não tinha água, nós tomava banho na beira de rio, parava fazia janta e dormia ali. Tirava os colchões do caminhão e jogava no chão assim e dormia em barraca e tinha dia que nem barraca fazia”.¹⁷⁹

O papel de mãe e esposa pode ser identificado como uma das características das mulheres analisadas nas narrativas, mesmo porque essa característica era muito cobrada das mulheres, exercendo a maternidade concretamente ou não, aproximando o entendimento das mulheres para o papel de *cuidadoras*: “[...] as mulheres sempre conformam grupos domésticos, onde as funções de mãe e esposa possuem espaços fundamental”.¹⁸⁰ As colonas sempre pensavam nos/as filhos/as e no marido, causa maior de sua existência e dependentes dos seus cuidados. “Quando cheguei aqui a casa não tava feita, e o medo, com as portas aberta, passamos uma vida mesmo, com medo da onça, era dentro do mato e escutava o barulho dela e eu pensava nos filhos”.¹⁸¹

O papel do cuidar não pode ser associado apenas à mãe e esposa, mas a todas as mulheres, independente de terem, ou não, passado pela experiência da maternidade. Elas “podem ser mães de irmãos, maridos, sobrinhos, afilhados, companheiros de trabalho e de estudo, uma vez que exercem esses trabalhos mesmo que simbolicamente”.¹⁸² Mesmo não concretizando a maternidade, recebem a missão de cuidadora, tornando-se responsáveis pelos indivíduos próximos em diferentes situações e também da organização do espaço doméstico.

O espaço doméstico foi colocado no terreno do invisível, já que não tinham reconhecimento externo e, no entanto, as tarefas e atividades domésticas eram variadas e com grande carga de trabalho como descreve Altina:

[...] eu soquei muito arroz, às vezes nós socava de 3 pessoas, era 3 mão de pilão dessas [...] E, quando o pilão era maior, agente socava de 3 assim [...] na época agente trabalhava na roça, quando era a noite agente ia socar arroz pra comer no outro dia, [...] até o arroz da festa do meu casamento foi socado assim [...] e olha que tinha gente hem! Não era pouquinha gente não.¹⁸³

¹⁷⁸ LOURO, 2003, p. 63.

¹⁷⁹ SILVA, Filomena Gentile da. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

¹⁸⁰ EGGERT, 2011, p. 49.

¹⁸¹ SILVA, CHEC, 2007-2012.

¹⁸² EGGERT, 2011, p. 48.

¹⁸³ XAVIER, Altina Cândida. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

O trabalho e as habilidades das mulheres pioneiras, descritos nas narrativas, eram os mais variados possíveis, atuando na maioria das vezes no espaço privado, como Marisa descreve:

[...] No ano que eu casei, eu voltei a dar aulas, em 1969; em 1970, mais ou menos, eu dei aula lá no Imbé, pra aquele pessoal lá[...] tudo era particular, ora recebia, ora não recebia aquele que tinha um pouco de consciência mandava um pouco de dinheiro, outro não mandava dinheiro, alimento não, porque a gente sempre tinha. Às vezes tinha gente que oferecia alguma coisa [...].¹⁸⁴

Em meio a contrastes e adaptações na nova região, havia, portanto, a determinação dos espaços onde cada membro da família desenvolvia suas habilidades. Os espaços entre homens e mulheres eram separados de acordo com concepções religiosas e culturais, delimitando as fronteiras entre os sexos. Pelo entendimento naturalizado os homens têm sua vida consubstancial ao Estado, à ciência ou a atividades externas. Já as mulheres são preparadas para a piedade e o trabalho interior associado ao espaço doméstico.¹⁸⁵

As colonizadoras da cidade de Araputanga, apesar de pensarem e perpassarem o entendimento social da família sexista, não se restringiram apenas ao espaço doméstico. Essas fronteiras sempre existiram, e elas foram se adaptando de acordo com o tempo e nos diversos espaços propostos.¹⁸⁶ As mulheres colonizadoras, além de desempenhar a orientação e administração da casa, também assumiam uma diversidade de trabalhos e saberes, sejam eles no espaço doméstico ou não.

Um desses saberes, desenvolvidos por essas mulheres desde a mocidade, era a arte da tecelagem com algodão ou lã de carneiro, comumente praticada pelas mulheres com o objetivo de atender as necessidades básicas da família ou como renda complementar. O processo de tecelagem era feito no espaço doméstico, fato que perpetuava esse trabalho como sendo predominantemente feminino, e que gerava quase confinamento doméstico para a prática. “O trabalho artesanal está ligado intimamente ao corpo. Sem corpo, não há trabalho artesanal.”¹⁸⁷ Considerando que essas atividades eram desenvolvidas nos momentos de

¹⁸⁴ SILVA, Marisa José Pardim da. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

¹⁸⁵ PERROT, 2006, p. 178.

¹⁸⁶ PERROT, 2006, p. 176.

¹⁸⁷ EGGERT, Edla; SILVA, Márcia Alves da. Observações sobre a pesquisa autobiográfica na Perspectiva da educação popular nos estudos de gênero. *Revista Contexto e Educação*, v. 26, 2012. p. 57.

descanso e lazer, isso significava um aumento na carga de trabalho das mulheres e o não reconhecimento como meio de produção.¹⁸⁸

[...] primeiro agente pegava o algodão e descaroçava [...] depois de escaroçador aí levava [...] essa carda [...] passava o algodão [...] daí tirava assim fazia as pastinhas, punha num balaio né ai num balaio, depois que tava tudim aquele balaio cheinho assim, aí levava pra roda [...] depois trazia pra roda [...] ia fiando, espichado a linha [...], enrolano aqui [...] vai emendando o algodão e formando a linha [...].¹⁸⁹

As mulheres deveriam aprender a bordar, costurar e cozinhar. Na maioria das vezes eram privadas da escolaridade, e a aprendizagem doméstica era regra para qualquer manual de boa conduta de mãe e filha. “Quando eu casei meu lençol mesmo eu já tinha [...] de algodão, até a toalha de prateleira, pano de prateleira, toalha de banho foi muito de algodão também”.¹⁹⁰ Guacira Louro explica que as escolas femininas passavam boa parte do período preparando e treinando meninas prendadas com dons para bordar e costurar.¹⁹¹

As jovens, em sua maioria, viviam sem a escolarização institucionalizada, e cresciam ocupando-se de tarefas domésticas e preparando-se para o casamento. Os depoimentos nas entrevistas transcritas possibilitam identificar a vida dessas jovens mulheres, nesse contexto em que a doutrinação dos corpos e da mente se manifestava de forma mais rígida e clara no contexto feminino.¹⁹² Mesmo assim, criavam resistências, burlavam a rigidez, e buscavam uma sociedade mais justa e igualitária do ponto de vista de gênero.

Hoje eu falo assim que a gente não sabia o que era bom [...] porque a gente não tinha nada, não sabia nada, mais o pouquinho que a gente tinha a gente aproveitava, [...] a gente reunia [...] onde hoje é a praça da igreja (São José) [...] e lá é que parava as pessoas que vinha pra cá, da Fazenda Taguaira pra cá, mas nós íamos pra brinca, a gente brincava de roda, a lua clara, a gente ia pra lá a base de sete horas, rezava o terço, aquelas mulheres casadas, , dona Zefinha, dona Luiza, todo mundo entrava na roda, tinha dia que chegava em casa duas horas da manhã, brincando de roda [...] passa anel [...] de vez em quando tinha um forró [...] a música era sanfona, não tinha energia naquela época [...] Tinha um campo de futebol, esse era o lazer do domingo, nós íamos pra lá, fazer torcida pro pessoal [...] Mais era tão gostoso naquela época. A diversão era a igreja não tinha outra coisa, domingo ia pra igreja.¹⁹³

¹⁸⁸ EGGERT, 2011, p. 32.

¹⁸⁹ XAVIER, CHEC, 2007-2012.

¹⁹⁰ XAVIER, CHEC, 2007-2012.

¹⁹¹ LOURO, 2003, p. 61.

¹⁹² LOURO, 2003, p. 62.

¹⁹³ SILVA, CHEC, 2007-2012.

A arte de partejar sempre foi muito necessária. Esse saber milenar sempre foi um espaço ocupado por mulheres, e esse ensinamento era transmitido de geração para geração. “As parteiras, além de dar assistência na hora do parto, exerciam funções mais amplas em todo o processo que envolvia a reprodução humana”.¹⁹⁴

Ser parteira era e é fazer uso de simbologias, saberes medicinais e religiosos, ser conhecedora dos corpos femininos e das técnicas para facilitar os partos. Com suas técnicas, orações e benzeduras, fortaleciam e fortalecem as mulheres no momento de grande sofrimento para algumas mulheres, mas também de alegria para outras. Desde tempos remotos as mulheres passaram a ter o conhecimento do corpo, como Neuenfeldt afirma: “A elas era dada a autoridade clínica e legal de tramitar e negociar os acordos pré-nupciais, além do cuidado pré-natal, durante o parto e pós-parto.”¹⁹⁵

No processo de colonização de Araputanga, as dificuldades em relação à saúde eram muitas, no que se refere à falta de profissionais, estrutura e recursos financeiros. Somado a tudo isso, havia o entendimento dos métodos contraceptivos como pecaminosos, no seio familiar fortemente defendido e controlado pela igreja Católica.¹⁹⁶ Isso aumentava enormemente à taxa de natalidade e, conseqüentemente, a necessidade dos trabalhos e ofício das parteiras. Os relatos abaixo, de Maria Mamedes (parteira) identificam o papel das parteiras no vilarejo.

[...] eu ia nas casas fazer os partos e fiz 900 (novecentos) e parece que 20 partos em Araputanga. [...] Teve muitos partos complicados, parto todo atrapalhado. Eu peguei uma história pior pro meu gosto foi de uma criança que nasceu pelos pé, e parou a cabeça, não conseguiu. Foi preciso levar para o médico e foi preciso o médico corta o pescoço da criança, prá depois fazê a cesariana. A criança morreu. [...] Qualquer hora da noite chegava gente atrás de mim. Eu já tinha o cavalo no jeito no pastinho da porta que era só chegar e pega.¹⁹⁷

Maria Figueiredo, popularmente chamada de Maroca, enfermeira que também atuava como parteira em sua residência, afirma que o reconhecimento social do trabalho de enfermeira e também de parteira era gratificante.

¹⁹⁴ NEUENFELDT, Elaine G. Fertilidade e infertilidade na Bíblia: suspeitas a partir da Teologia Feminista. *Revista Aulas*, n. 4, 2007. p. 4.

¹⁹⁵ NEUENFELDT, 2007, p. 4.

¹⁹⁶ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p.239-260, 2003.

¹⁹⁷ BORGES, Maria Mamedes. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

O que mais me deixa feliz é eu ter ajudado muito a sobreviverem e ajudado muitas crianças a vir ao mundo. Isso ai é o que mais me alegra, eu penso assim, que tem tantas crianças que passou pelas minhas mãos, hoje a maioria são mães, pais, tudo passou por mim, então, eu me alegro muito com isso ai. Além disso a amizade que eu tenho, e todo mundo me trata bem, parece que me considera por esse motivo, então isso ai pra mim é tudo.¹⁹⁸

Observa-se que as marcas deixadas por essas mulheres são profundas e difíceis de serem apagadas. Mesmo assim, a historiografia local silenciou esses saberes, colocando tudo isso no esquecimento. “As mulheres do povo têm outros saberes e poderes, principalmente médicos, religiosos e mesmo culturais”.¹⁹⁹ É um conhecimento distante do acadêmico e vem associado a uma construção social, religiosa, ligado às tradições e sabedoria popular. Nesse sentido, “A prática educativa emancipadora, crítica, dialógica e humilde no sentido de valorizar os saberes já construídos pelas mulheres pode contribuir no processo de emancipação feminina [...]”.²⁰⁰

O trabalho de partejar era feito em espaço doméstico com muito sigilo e discrição. Muitas grávidas preferiam a proximidade da família, inclusive dos/as demais filhos/as. As mulheres se aperfeiçoavam na atividade dos partos não tanto pelo saber proporcionado, mais por saber fazer, já que esses saberes faziam parte do seu mundo, da sua existência.²⁰¹ A troca de experiência entre as mulheres sobre os partos era bem interessante e a construção dos saberes se dava por meio de observações, orientações e cursos como relata Maria Mamedes: “Em Goiás eu era parteira, foi lá que eu aprendi trabalhar com os médicos.”²⁰²

A arte de partejar gerava certa autonomia do corpo e um conhecimento da anatomia dos corpos femininos, ato proibido às mulheres. Mary Del Priore explica que os estudos dos corpos femininos sempre foram difíceis desde os tempos coloniais. Segundo ela, “O próprio mapeamento da anatomia do útero submetia-se ao olhar funcionalista dos médicos, que só se referiam ao que importava para a procriação”.²⁰³

Apesar da importância do trabalho e do papel das parteiras no período de colonização de Araputanga, já que o hospital mais próximo ficava a 120 Km, é

¹⁹⁸ SANTOS, Maria Figueiredo dos. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

¹⁹⁹ PERROT, 2006, p. 181

²⁰⁰ EGGERT, Edla2012. p. 60

²⁰¹ PRIORI, Mary Del. *Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF, Edunb, 1993. p. 263.

²⁰² SANTOS, acervo digital do CHEc. 2007-2012.

²⁰³ PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora contexto, 1997. p. 82.

possível identificar uma desvalorização no momento da remuneração, mesmo porque o trabalho feminino dentro do espaço privado e na arte do cuidar é entendido como dom e deve ser feito por amor, práticas de mães, como é o caso da docência.²⁰⁴ O que importava era, como afirmam Maluf e Mott: “A imagem de mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia aquilo que era pregado pela igreja, ensinada por médicos e juristas e legitimado pelo Estado.”²⁰⁵

“Eu cobrava os remédios só, eu nunca tive preço por nada não, eu cobrava os remédios que eu gastava [...] as pessoa um pouco, os que pagavam, porque a maioria deixava de pagar [...] porque não importava de pagar, parece que achava pouco o que eu fiz. [...] eu levava soro, tudo, eu ia equipada, eu já tinha uma bolsa para colocar as coisas dentro.”²⁰⁶

“eu recebia, quer dizer eu ajudava, porque eu cobrava barato, não era o preço do hospital, porque naquela época não tinha SUS, e no hospital cobrava mais caro, então, se no hospital cobrava 100 reais num parto, eu cobrava 50, então que dizer que eu ai tava ajudando eles também, mais isso só foi dois anos, porque ai veio à implicação da lei. A lei começou proibi, ai eu achei melhor parar.”²⁰⁷

Outro saber ocultado é o das senhoras piedosas (líderes comunitárias) que trabalhavam incansavelmente na comunidade religiosa, sempre de forma sutil e próximas à hierarquia da igreja e ao julgamento da sociedade. “A pietas popular é de ordem do sentimento e, mais concretamente ainda, das emoções”.²⁰⁸ Na maioria das vezes essas mulheres atuavam em visitas aos/as enfermos/as, atendendo famílias carentes, limpando os espaços religiosos, atuando nas celebrações dos terços, na equipe de canto, ou ainda, em inúmeras outras equipes nas quais a igreja possibilitava o acesso de mulheres.

No nascer da comunidade Católica no vilarejo de Gleba Paixão, as mulheres eram responsáveis pelo cuidado com a fé que fortalecia os fiéis em terras tão longínquas. As beatas Católicas eram responsáveis pela acolhida dos religiosos que vinham de outras regiões atenderem o vilarejo. Então ofereciam alimento e pouso, cuidavam das imagens dos santos (símbolos católicos), guardadas em suas residências preparavam os altares das celebrações, que, inicialmente, eram feitas embaixo de árvores pela ausência de templos, cantavam, rezavam o terço,

²⁰⁴ LOURO, 2003, p. 102-103.

²⁰⁵ MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. Op. cit., p. 374.

²⁰⁶ BORGES, *acervo digital* do CHEC, 2007-2012.

²⁰⁷ BORGES, CHEC, 2007-2012.

²⁰⁸ BOFF, Clodovis. *Mariologia social: o significado da virgem para a sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006. p. 553.

proclamavam a ladainha, ascendiam às velas, animavam as celebrações litúrgicas que aconteciam.²⁰⁹

O depoimento de dona Adelaide Cardoso demonstra a grande preocupação com a vida religiosa dos católicos da comunidade, já que morava um pouco mais distante e estava sempre presente nas celebrações. Ela explica que: “[...] eu morava distante dois quilômetros eu sempre era a primeira que chegava a igreja e a derradeira que saía”.²¹⁰

A trajetória das mulheres colonizadoras pode ser identificada e associada às características religiosas, e as vozes dessas mulheres transbordaram além dos espaços a elas destinados. Michelle Perrot caracterizava essa construção no Séc. XIX como sendo uma responsabilidade da mãe: “[...] Uma filha era o que a mãe fazia dela. (...) Uma mulher virtuosa, como alguém que imprimia à filha as virtudes da castidade, da limpeza e da sobriedade, ficaria consideravelmente mais bem colocada nesta escala de valores”.²¹¹

Apesar de as religiões fortalecerem o discurso de incentivo que levava as mulheres à ocupação do espaço privado, com submissão aos maridos, nem sempre elas ficavam restritas ao espaço determinado. A religião patriarcal afirmou, de uma maneira geral, o feminino como dependente do masculino não só nos limites da história, mas nos limites da simbologia religiosa.²¹²

A participação das mulheres nas atividades religiosas foi determinante na gênese da comunidade São José no vilarejo da Gleba Paixão. Elas criaram certa autonomia, conquistaram espaços determinantes no processo de administração, organizaram desde a receptividade da chegada do primeiro pároco para a cidade, até festas, quermesses, ações voltadas ao social da igreja e trabalhos de evangelização.

[...] toda a organização nós tava ali de dentro; aí nós fizemos um almoço, fizemos uma festa; aí a turma dos jovens fez uma caminhada com o Pe. Celso, o sol quente e eles desfilando com ele aí, em cima da capota do carro. Então foi muito bonita a chegada dele e muito boa. Aí fizemos uma

²⁰⁹ Histórico da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Araputanga- Acervo digital do CHEC-Araputanga-MT.

²¹⁰ CARDOSO, acervo digital do CHEC. 2007-2012.

²¹¹ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução: Ordens e Liberdades. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. V.4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 9-15.

²¹² DURÃES, Jaqueline Sena. SANCHES, M. A. (Org.). Congresso de Teologia da PUCPR, 9., 2009, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: Champagnat, 2009. p. 132-143. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2009/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

casinha ai pra ele dormir e fazia a refeição na Eva [...] (mulher do Zé Gato), muito tempo ele pegou refeição ai, dormia lá na casinha e fazia refeição ai.²¹³

A ausência de uma igreja institucionalizada, sem a presença diária do sacerdote proporcionou o fortalecimento do trabalho das mulheres nas ações da comunidade católica, que iam desde o social ao religioso, sempre muito atuante. “É o que faz da festa um evento religioso e profano ao mesmo tempo. Ao lado das missas solenes e das procissões mais compenetradas, não faltam barraquinhas, músicas, danças, fogos de artifícios e gritos populares”.²¹⁴ A emergência das mulheres na sociedade e na igreja não significou a entrada delas na história local, mesmo porque o trabalho foi silenciado. Elas sempre estiveram presentes. Trata-se de uma irrupção de uma nova consciência das causas históricas da marginalização feminina, uma nova consciência que nasce das práticas concretas, leva a uma ação transformadora e à mudança da compreensão do ser mulher.²¹⁵

Desde cheguei eu fui catequista de primeira comunhão, depois dos adolescentes na perseverança, dos adolescentes fui catequista de batismo tem um ano que parei catequese de batismo, e sempre trabalhei na equipe de caridade.²¹⁶

As mulheres, com seus saberes e aptidões, contribuíram de forma eficaz para a solidificação da fé e para o serviço de evangelização na região. “O Pe. Celso veio pra cá em 1975 só que [...] a gente trabalhava ai e fazia uns serviços mais foi sem a ajuda do padre”.²¹⁷ Em contexto mais amplo, no âmbito Católico as Conferências de Medelin (1968) e Puebla (1979) defendiam maior abertura aos leigos e um fortalecimento e autonomia às comunidades de base. Além disso, mesmo que de forma discreta e singela, reconheciam a diakonia das mulheres.

O Documento de Puebla (1979), no artigo 126, fala mais abertamente sobre esse assunto, e mostra uma necessidade em proporcionar mais espaço ao serviço diakonal das mulheres na evangelização, mesmo porque elas abriam os caminhos nos trabalhos pastorais: “A mulher merece uma menção especial: tanto a religiosa quanto a dos institutos seculares e as simples leigas participam atualmente, cada

²¹³ CARDOSO, CHEC, 2007-2012.

²¹⁴ BOFF, 2006, p. 610.

²¹⁵ GEBARA, Ivone. A mulher faz teologia. In: BINGEMER, M. C. et. al. *O rosto feminino da teologia*. Aparecida: Santuário, 1990. p. 12.

²¹⁶ SILVA, CHEC, 2007-2012.

²¹⁷ SILVA, CHEC, 2007-2012.

vez mais, das tarefas pastorais, embora, em muitos lugares, ainda exista o medo desta participação”.²¹⁸

O trabalho nas pastorais da igreja Católica cada vez mais passava a ser ocupado por mulheres no período de colonização araputanguense, as mulheres chamaram para si responsabilidades, e ocuparam cada vez mais os espaços de lideranças e atividades pastorais na comunidade. Esse trabalho nas pastorais deve ser compreendido com o entendimento de evangelização: “[...] a pastoral deve levar muito em conta, para poder, com compreensão e, ao mesmo tempo, com clareza de propósitos, purificar e evangelizar a religiosidade popular”.²¹⁹ Maria Lina atuava na pastoral da caridade, sempre evangelizava preocupada com o outro como relata em sua entrevista:

[...] pediu pra levar o menino no médico, levei aqui onde era o Dr. Serafim, Dr. Queiroz, e Dr. Matias, e depois a gente ficou devendo o Hospital [...] falei ai agente vai fazer uma festinha [...] arrumar uns frangos nesse tempo o Raimundo mais a Esbéria me ajudava e vamos assar lá na escola [...] levamos pra lá pra vender pra ajudar a pagar aquele hospital.²²⁰

O saber da docência é de grande importância para a contemporaneidade. Durante muito tempo, a escola foi um espaço público masculinizado, mas desde o final do Séc. XIX, com o fortalecimento das sociedades burguesas, esse saber foi sendo associado à arte do cuidar e, conseqüentemente, foi se firmando como um espaço feminino. O magistério passaria a ser uma extensão do lar, onde cada aluno e aluna passariam a ser vistos/as como filhos/as exigindo então do/a profissional vocação e doação para a prática desse exercício.²²¹

A docência é um saber externo, porém muito próximo ao espaço doméstico, porque a escola e o saber da docência continuavam sendo uma extensão da casa como Louro demonstra: “[...] tomaram emprestado características femininas do cuidado, sensibilidade, amor, vigilância, etc.”²²² Essa atividade profissional não poderia afastar a mulher de sua verdadeira missão que era o casamento e a

²¹⁸ Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Texto Oficial Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979.

²¹⁹ BOFF, 2006, p. 552.

²²⁰ SILVA, acervo digital do CHEC. 2007-2012.

²²¹ LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. DEL PRIORE, Mary (Org.). & BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997. p. 450.

²²² LOURO, 1997, p. 454.

maternidade.²²³ Essa condição motivou a professora Elizabeth Sato a vir para terras tão longínquas “[...] comecei a namorar ele por acaso também, me formei em dezembro, aí em março eu me casei e vim embora para cá.”²²⁴

A docente era preparada para viver a integridade moral e a ética a todo momento “e como professora também, eu sempre fui muito preocupada em organizar as coisas, relatar o que é real, não tirando proveito disso, ou daquilo, sendo imparcial.”²²⁵ A saída da mulher do chamado espaço doméstico para o espaço público como a escola não assegurou de imediato direitos inerentes a esse espaço, já que as professoras eram preparadas para serem femininas e dar continuidade à formação religiosa, exercendo o papel de evangelizadora na escola.²²⁶

A ausência das mulheres no processo histórico começou a ser justificada, inclusive no momento da escrita histórica, que, na maioria das vezes, é realizada por homens, que colocaram as mulheres às margens do processo, criando uma naturalização dos fatos. Na pesquisa em questão, a docente possui o saber da escrita, mais é o esposo e sua família que quer immortalizar na história. Como afirma a entrevistada: “[...] o meu marido dá a vida por isso daqui, e ele às vezes poderia estar muito melhor em outro lugar economicamente, mas ele quer dias melhores aqui, que tenha infraestrutura [...] educação.”²²⁷

Conhecer os saberes e os espaços ocupados por essas mulheres proporciona novos olhares para uma sociedade tão desigual que deixa à margem uma grande maioria da população, e prioriza grupos em detrimento de outros. A partir dessa visibilidade, pode-se pensar, de forma coletiva, dialogando com o mundo científico, não apenas reconhecendo que há mulheres que trabalham em espaços privados ou públicos, mas também, que os saberes das mulheres não estão limitados por serem mulheres. É reconhecer que o futuro das mulheres não é determinado pelo sexo, derrubar estereótipos, abrir assim as portas para uma nova percepção de mundo.

²²³ LOURO, 1997, p. 453.

²²⁴ SATO, Elizabeth Eiko Nagagi. *Entrevistas Transcritas*. Disponível no acervo digital do CHEC, 2007-2012.

²²⁵ SATO, CHEC, 2007-2012.

²²⁶ LOURO, 1997, p. 450.

²²⁷ EGGERT, 2011, p. 54.

3.2 Estudos de Gênero na escola: uma proposta para (des)construir a invisibilidade das mulheres

[...] na época que comecei a dar aulas em 1975, ninguém questionava nada sobre a fundação de Araputanga [...] foram surgindo os questionamentos e quando os alunos foram fazer uma pesquisa na prefeitura, então nós encontramos um documento na época. [...] alguma coisa que eu colhi que foi em 1988, eu fiz um pequeno histórico. Eu estava na coordenação e a escola solicitou que eu fizesse como não tinha muita coisa, eu comecei a fazer pesquisa a partir daí com as pessoas que já moravam aqui, já bem antes, a partir daí foi formando esse conceito de fundador.²²⁸

Assim iniciava a pesquisa da professora de geografia Elizabeth Eiko Nagagi Sato, docente da Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Sato, no ano de 1975, juntamente com um grupo de alunos/as, levantando uma problemática em relação à definição quanto ao fundador do vilarejo de Araputanga, que, naquele contexto, fortalecia o discurso de emancipação política que se processou no dia 14 de dezembro de 1979.

A história da referida cidade foi sempre contada com fatos que pontuam o papel dos pioneiros, principalmente os primeiros, que ocuparam um espaço no imaginário coletivo criaram o mito heróico. “O mito fundador é, dessa forma, compreendido como aquele que explica a origem ou a fundação de determinado povo e este é eternizado pela sua constante ressignificação a cada momento da história de um povo”.²²⁹ Para Carvalho, estes artifícios fazem parte das batalhas ideológicas e políticas, travadas por meio de símbolos e alegorias pelo controle do imaginário popular e a mitificação.²³⁰

No entanto, o que está sendo questionado neste momento é o espaço ocupado pela escola nas sociedades contemporâneas, principalmente desde a segunda metade do século XX. Busca-se identificar e apresentar a escola como um instrumento essencial para as transformações das realidades sociais e, consequentemente, imprescindível para o processo libertador e emancipador.²³¹

A escola, em toda sua trajetória histórica, foi organizada e pensada a partir de componentes, entendidos como essenciais, como ser adulto, branco, masculino e

²²⁸ SATO, CHEC, 2007-2012.

²²⁹ CHAUI, Marilena. Brasil: *Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 08.

²³⁰ CARVALHO, José Murilo. *Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. Companhia das Letras. 1990. p. 10.

²³¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 62.

heterossexual.²³² “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes [...] ricos e pobres e ela imediatamente separou meninos e meninas”.²³³

A escola “João Sato”²³⁴ em Araputanga, foi fundada pelo Decreto Lei nº 482/76 com publicação no Diário Oficial de 30 de março/76, autorizada pela Resolução nº 151/76 para o funcionamento do pré e ensino fundamental de 1ª a 8ª série, sendo elevada posteriormente ao 2º grau pela Resolução 051/79.²³⁵ Localizada em um quarteirão central da cidade, na Av. Marechal Rondon, sem muro, com grande visibilidade para a cidade e para a movimentação social ao seu entorno era caracterizada como o espaço das disputas ideológicas e políticas.

Para Foucault, o poder das instituições escolares se passa mais pelo caminho disciplinador e de controle.²³⁶ Já Bourdieu explica que esse poder é “invisível que só pode exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem”.²³⁷

A escola, que inicialmente contava com um quadro de professores/as recém formados/as vindos/as em sua maioria do Estado de São Paulo, em busca de mercado de trabalho e de concursos públicos, assegurava com o curso de magistério a formação de futuros/as profissionais para a educação do município²³⁸, sendo vista como espaço de saber e poder.

A profissional do saber Elizabeth Eiko Nagagi Sato chegou à cidade em 1975, vinda do Estado de São Paulo, formada em Geografia, recém-casada, com grande espaço para atuação. A oferta de trabalho na educação era maior que a demanda profissional. O número de professores/as graduados/as na cidade e na região era bem pequeno, e os/as primeiros/as que chegaram incentivaram a vinda de novos/as professores/as de várias cidades brasileiras, principalmente do Estado de São Paulo.²³⁹

²³² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, 2007. p. 26.

²³³ LOURO, 2003, p. 56.

²³⁴ Aspas colocadas por mim, já que é tradicional a Escola João Sato colocar o nome entre aspas.

²³⁵ MAMEDES, Cleusa Bernadete Laranhagas. *Democracia na escola pública e participação dos professores*. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2005. p. 83.

²³⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 158.

²³⁷ BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Trad. BAIRÃO, Reynaldo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 31.

²³⁸ MAMEDES, 2005, p. 84.

²³⁹ SATO, CHEC, 2007-2012.

Em sua narrativa, explica que, logo no início dos trabalhos começou a indagar o histórico político do local quanto ao título de fundador e que toda essa problemática foi refletida com os/as discentes que fizeram parte do processo da pesquisa. Freire argumenta que a Educação precisa ser realmente problematizadora, questionadora, alicerçada em perguntas provocadoras de novas respostas na tomada de consciência, proporcionando uma emancipação do sujeito humano que está sempre em processo de construção.²⁴⁰

Não há ensino sem pesquisa, como também não há pesquisa sem ensino. Esses saberes deverão estar intrinsecamente relacionados na base da educação que é a escola. “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar e anunciar a novidade”.²⁴¹

A professora trabalhou dentro dos quesitos de educação libertadora em relação à pesquisa, porém, não foram perceptíveis as leituras da pesquisadora, quanto à invisibilidade feminina no processo de colonização de Araputanga, colocando o mundo masculino como superior ao feminino, limitando a capacidade de autonomia da mulher, levando ao entendimento de uma educação sexista. À escola foram atribuídas inúmeras tarefas em diferentes momentos, desde a produção do cristão, do cidadão responsável, da elite opressora, do povo trabalhador e da mulher virtuosa.²⁴²

Acabar com o modelo de educação sexista significa não pensar mais a escola como um local que reforça as diferenças entre os sujeitos masculinos e femininos, distanciada das discussões que buscam maior igualdade de gênero. Para tal, exige disposição e determinação principalmente do/a profissional envolvido/a no processo. O fortalecimento da metodologia feminista vem proporcionando reflexões críticas na educação e ampliando as reflexões sobre a importância de questões de gênero na produção das desigualdades entre homens e mulheres.²⁴³

Guacira provoca pensar também o gênero da escola que, para muitos pensadores/educadores, é um espaço de trabalho com atuação esmagadora de

²⁴⁰ FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 53.

²⁴¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*, 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 31.

²⁴² LOURO, 2003, p. 89.

²⁴³ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 91.

mulheres que ocupam o papel de professora, marcada pelo cuidado e pela vigilância da educação. Ao contrário do que muitos/as pensam, a escola é masculina, e o conhecimento e os saberes discutidos dentro do espaço escolar foram construídos milenarmente e estão alicerçados em um entendimento sexista.²⁴⁴

Para Silva, até mesmo os currículos existentes na maioria das escolas são masculinos. Para o autor, a solução não estaria apenas na inversão disso, mas na construção de currículos que reflitam as experiências de homens e mulheres.²⁴⁵

O caminho mais rápido e mais seguro para a desconstrução de uma sociedade sexista é o estudo de gênero que abre as portas para inúmeros olhares e discussões: “As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se”.²⁴⁶ As verdades absolutas construídas ao longo dos séculos estão cada vez mais sendo questionadas, nascendo uma educação que proporcione maior visibilidade aos grupos minoritários.

²⁴⁴ LOURO, 2003, p. 88.

²⁴⁵ SILVA, 2009, p. 94.

²⁴⁶ LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições* [online], vol. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. p. 23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CONCLUSÃO

Conhecer a trajetória de vida de mulheres araputanguenses no processo de colonização desencadeou reflexões profundas, em uma busca por um passado silenciado. Nesse diálogo reflexivo com as lembranças narradas por mulheres e a busca de explicações para entendimento dos acontecimentos, novos olhares surgiram e as memórias foram recebendo ressignificações.

Visitar essas histórias de vida também proporcionou o encontro de uma escrita pronta, acabada e definida como verdade, com uma memória desconhecida, cheio de saberes, mistérios, significações e simbologias. Eggert explica que a história das mulheres está ligada a várias áreas, classes, culturas e raças, com estudos com conhecimentos na sua maioria associados ao corpo, feito com o corpo, e também na subjetividade que são percebidos pelos olhares, toque, linguagem e que essas histórias/conhecimentos, na maioria das vezes, não são retratadas nos estudos acadêmicos, não ganhando visibilidade.²⁴⁷

Trazer à tona a trajetória de vida de mulheres pioneiras araputanguenses permitiu exatamente visibilizar saberes desconhecidos pela sociedade, até mesmo pelas próprias mulheres. Eggert afirma que “O triunfo da masculinidade tem sido constante e permite exercitar o diálogo sobre o lugar do feminino, mas como parte subordinada de uma estrutura fixa”.²⁴⁸ Esse fato não possibilita nem mesmo questionamentos em relação a essas “verdades”²⁴⁹, que quase entram em um patamar de sagrado, impossibilitando indagações.

A caracterização da trajetória de mulheres pioneiras/colonizadoras no espaço araputanguense possibilitou a identificação de parte dos seus saberes aqui visibilizados, como da mulher cuidadora da casa, dos/as filhos/as, do espaço doméstico, da agricultora, da tecelã, parteira, professora, coordenadora de comunidade, das rezadeiras, enfermeiras. Mas também proporcionou enxergar as mulheres que buscavam mais autonomia na administração dos bens da família, que chamavam para si os afazeres e que se faziam ser ouvidas. Trabalhadoras que

²⁴⁷ EGGERT, Edla; SILVA, Márcia Alves da. Observações sobre a pesquisa autobiográfica na Perspectiva da educação popular nos estudos de gênero. *Revista Contexto e Educação*, v. 26, 2012. p. 57.

²⁴⁸ EGGERT, Edla. *Narrar processos: tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 28.

²⁴⁹ As aspas foram colocadas por mim com o objetivo de questionar imposições entendidas como verdades.

permaneceram em sua maioria no espaço doméstico cozinhando, educando, parindo e sendo ajudadas a parir, mas também se fizeram presença no espaço público dançando, brincando na praça, acolhendo, medicando, visitando, buscando recursos sociais, reinventando seus afazeres e suas formas de resistências.

Identificar os espaços ocupados por essas mulheres possibilitou ainda leituras das resistências por parte delas mesmas para a sobrevivência em uma sociedade que priorizava apenas o querer masculino, silenciando a memória feminina. Essas resistências se manifestavam nos afazeres e saberes praticados por essas mulheres como pesquisa política desenvolvida pela professora, visitas a pessoas doentes, orações, campanhas para construções de templos e de moradias, evangelização com catequeses, partos, cuidados com os/as filhos/as, tecelagem, trabalhos agrícolas, estudos, etc.

Todas essas atividades desenvolvidas no espaço doméstico, além dos externos e públicos, proporcionavam uma autonomia que se pode chamar de relativa, mesmo porque a própria formação social sexista impunha esse silenciamento nos sujeitos quanto ao entendimento da sociedade androcêntrica, naturalizando os fatos.

A maioria das famílias do vilarejo tinha como modelo padrão valorativo a família patriarcal, definindo os papéis sociais e familiares conforme o sexo, delegando a cada um, espaços distintos: “Sobre a família e o doméstico, entendemos que esse tem sido o lugar de reconhecimento das mulheres”.²⁵⁰ As atividades exercidas pela maioria das mulheres se manifestam exatamente no espaço doméstico, pertencente a espaços privados, ausentando as mulheres da visibilização pública e política.²⁵¹

Partindo das narrativas, é possível identificar que a vivência das mulheres, aconteceu com muita luta, questionamentos, determinação, trabalho, confiança, coragem, criatividade, que possibilitaram essa autonomia relativa. É possível perceber que criaram outras formas de sobrevivência com mais saber e até certo ponto autonomia, apesar das mazelas do sistema. É possível aprender com a própria vida que existem formas de olhar para o próprio trabalho sem que se escravize buscando a tão desejada paz em uma sociedade desigual e injusta.

²⁵⁰ EGGERT, Edla (Org.). *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 40.

²⁵¹ EGGERT, 2011, p. 53.

O silenciamento dos espaços privados e a invisibilização das mulheres perpassaram gerações e sociedades em diversas localidades e continentes e isso se dá pela ausência das mulheres nos espaços públicos e políticos, exatamente porque ficaram muito confinadas aos espaços domésticos, resumidas à família.²⁵² “Em muitas sociedades, a invisibilidade das mulheres faz parte da ordem social”.²⁵³

A invisibilização das mulheres pioneiras de Araputanga-MT se processou com a própria escrita dos históricos do município que começaram a ser redigidos na década de 1979 quando houve a emancipação política da pequena cidade. Nesse contexto, os espaços domésticos não foram identificados como parte importante do processo histórico, dando apenas visibilidade aos espaços públicos, políticos e masculinizados, distantes da realidade das mulheres.

Ao dar à visibilidade a história dessas mulheres de fé e coragem foi possível perceber que estão longe desse entendimento social que as apresentam com características de docilidade, submissão e ternura, demonstrando que todas essas construções são feitas com objetivos de delimitar os espaços sociais das mulheres, e estão repletas de preconceitos.

Essas construções de mulheres dóceis, do chamado sexo frágil, estão impregnadas no imaginário coletivo e podem ser percebidas fortemente ainda nos dias atuais. No entanto, o estudo do gênero pode promover o fim dessa invisibilidade com leituras da própria realidade, de modo a identificar essa desigualdade e defender o respeito e às diferenças. A escola tem que ser parte importante desse processo e não ficar alienada e preza a currículos escolares, perpetuando uma sociedade sexista adaptada ao modelo social vigente.

Analisando as narrativas transcritas foi possível reviver um passado dando novas significações, possibilitando conhecer novos sujeitos na história de Araputanga como: Adelaide Cardoso, Altina Candida Xavier, Elizabeth Eiko Nagagi Sato, Filomena Gentile da Silva, Maria Lina da Silva, Maria Mamedes Borges, Maria Figueiredo dos Santos da Silva e Marisa José Pardim da Silva. Mulheres que movida por uma fé e uma espiritualidade foram agentes- conscientes ou não- do processo histórico que estavam inseridas.

²⁵² EGGERT, 2011, p. 53.

²⁵³ EGGERT, 2011, p. 53.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. 1. ed. Recife: Bagaço, 2008.

ALVES, Joana Darc Xavier. *História & memória de Araputanga - MT/ 1955 à 1980*. Araputanga: Gráfica Osca, 1997.

_____. *História e Memória de Araputanga-MT*. Nova edição. 1997.

_____. *O Pai fundador de Araputanga*. Monografia de final de curso (Especialização *Lato Sensu*) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2002.

ALVES, Joana Darc Xavier. *Conhecendo o Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga*. (Texto de divulgação e funcionamento do CHEC). Arquivo digital do CHEC, 2008.

ARIES, Philippe: DUBY Georges. *A História da vida privada I: do Império Romano ao ano mil*. 19. ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. *Revista*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2001.

BATTISTONI FILHO, Duílio. *Pequena história da arte*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BETONI, Camila. *Feminismo*. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/sociologia/feminismo/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BOCK, Gisela. História, história das mulheres, história do gênero. *Penélope: Fazer e desfazer história*, n. 4, nov. 1989.

BOFF, Clodovis. *Mariologia social: o significado da virgem para a sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006.

BORGES, Maria Mamedes. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: *As Mulheres e a História*. Lisboa: dom Quixote, 1995.

_____. PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Trad. BAIRÃO, Reynaldo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO [1988]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, 2007.

BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo. *Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. Companhia das Letras. 1990.

CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: *A escrita da história*. Editora Forense Universitária, 2002.

_____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. A história das mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos, e violência simbólica. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *As mulheres e a História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu. Abramo, 2007.

CONCLUSÕES da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Texto Oficial Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979.

CORRÊA, Márcio Xavier. Memória sobre a economia extrativa da poaia – leste de MG (primeira metade do Séc. XIX). 2012, Juiz de Fora-MG. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/M%C3%A1rcio-Xavier-Correa>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Tradução de Frederico Ozanam Pessoas de Barros. 2006. p. 36. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadeantiga.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

DEIFELT, Wanda. Da cruz à árvore da vida: epistemologia, violência e sexualidade. In: NEUENFELDT, Elaine et al. *Epistemologia-Violência – Sexualidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2008.

DEL PRIORE, Mary I. *Corpo a corpo com a mulher: Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2000.

DURÃES, Jaqueline Sena. SANCHES, M. A. (Org.). Congresso de Teologia da PUCPR, 9., 2009, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: Champagnat, 2009. p. 132-143. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2009/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

EGGERT, Edla (Org.). *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

_____. DomÉSTICO. Espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STROHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André

(Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2006.

_____. *Educação popular e teologia da margens*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

_____. *Narrar processos: tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

EGGERT, Edla. SILVA, Márcia Alves da. *O 'dentro' e o 'fora' do trabalho feminino: entre os papéis de mãe, esposa e trabalhadora*. v. 14, n. 1, janeiro/abril 2010.

_____. Observações sobre a pesquisa autobiográfica na Perspectiva da educação popular nos estudos de gênero. *Revista Contexto e Educação*, v. 26, 2012.

FAOUR, Rodrigo. *História Sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Ed. Record, 2006.

FERINGTON, Esther. *Awards & Honors: 2013 National Humanities Medalist*. Disponível em: <<https://www.neh.gov/about/awards/national-humanities-medals/anne-firor-scott>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução: Ordens e Liberdades. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. V.4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*, 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011.

FURLIN, Neiva. *Teologia Feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico*. Rever, ano. 11, n. 01, p. 139-164, Jan/Jun, 2011.

GEBARA, Ivone. A mulher faz teologia. In: BINGEMER, M. C. et. al. *O rosto feminino da teologia*. Aparecida: Santuário, 1990.

_____. *Coisas do Gênero*. São Leopoldo: v. 1, n. 1, p. 40-52, jul.-dez. 2015.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. *Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher*, São Paulo, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=510125>. Acesso em: 22 nov. 2016.

IDENTIFICAÇÃO das cidades do Estado de Goiás citadas. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=522010>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

LEI Municipal nº 767/2007 do dia 05 de novembro de 2007.

LIMA, José Nivaldo de. Hino do município de Araputanga. Melodia por José Nivaldo de Lima. Hinos de Mato Grosso. Wikisource. Disponível em:
<https://pt.wikisource.org/wiki/Hino_do_munic%C3%ADpio_de_Araputanga>. Acesso em: 26 fev. 2017.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. DEL PRIORE, Mary (Org.). & BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições* [online], vol. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. p. 23. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAGESTE, Gizele de S.; MELO, Marlene Catarina de O.; L.; CKAGNAZARO, Ivan B. *Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações*. Minas Gerais: Eneo, 2008. p. 6. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2008/2008>. Acesso em: 16 fev. 2016.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. Op. cit.

MAMEDES, Cleusa Bernadete Laranhagas. *Democracia na escola pública e participação dos professores*. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2005.

MATO GROSSO. *Lei nº 767/2007, de 05 de novembro de 2007*. Dispõe do Centro de História, Educação e Cultura de Araputanga-MT.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e Debates: da escola dos Annales à História Nova. *Historiæ*, Rio Grande, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em:
<<https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2283/1183>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

MONTEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia e Memória*. São Paulo, Contexto, 2010.

MUNICÍPIOS da Mesorregião Sudeste Mato-Grossense. Disponível em:
<<http://brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Mato+Grosso®iao=Sudeste>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

NEGRÃO, Telia. *Direitos conquistados na história*. NIEM/UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/movfeminista.php>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

NEUENFELDT, Elaine G. Fertilidade e infertilidade na Bíblia: suspeitas a partir da Teologia Feminista. *Revista Aulas*, n. 4, 2007.

OLIVEIRA, Gisele Dalagnol; OLIVEIRA, Dennison de. *Desconstruindo práticas sexistas no ambiente escolar*. Secretaria de Educação. Governo do Paraná, 2012.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; VAGHETTI, Helena Heidtmann, BRODERSEN, Gladys. Gênero e Enfermagem: Uma categoria de análise. *Revista Enferm*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 14, n. 2, p. 292-300, abr/jun, 2006.

PAIXÃO, Márcia Eliane da. Narrativas de vida: Mulheres que aprendem e transformam suas histórias. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Márcia. *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI/Faculdades EST, 2014.

PARENTONI, Robertos. Disponível em: <<http://robertoparentoni.jusbrasil.com.br/artigos/121939817/o-codigo-de-hamurabi>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PERETTI, Clélia (Org.). *Anais eletrônicos: Congresso de Teologia da PUCPR*, 10, 2011, Curitiba. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas (Org.). *História dentro da História*, São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora contexto, 1997.

_____. *Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF, Edunb, 1993.

PROJETO Lei Municipal, Nº 767/2007 do dia 05 de novembro de 2007 popularmente chamado de CHEC.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: UNICAMP SP, 2013.

_____. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998. p. 89-98. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51202>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. Epistemologia Feminista: Gênero e História. In: PEDRO, J. M; GROSSI, M. P. *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade*. Florianópolis, Editora Mulheres. 1998.

_____. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” a era global*. Labrys, estudos feministas. n. 3, p. 1-12, janeiro/julho 2003. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdades*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Amanda de Souza; PÁTARO, Ricardo Fernandes. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 4, n. 6, p. 9-23, jan./jun., 2014.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SANTOS, Maria Clemente dos. *Biografia*. Araputanga, 2007. Acervo pertencente ao Centro de História e Educação de Araputanga.

SANTOS, Maria Figueiredo dos. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.

SATO, Elizabeth Eiko Nagagi. *Entrevistas Transcritas*. Disponível no acervo digital do CHEC, 2007-2012.

SCHNEIDER, Letícia Ferreira. “Entre Eva e Maria: A construção do feminismo e a representações do pecado da luxúria no livro das confissões de Martim Perez”. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHULTZ, Adilson. Isto é o meu corpo – e é corpo de homem. MUSSKOPF, André et all (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal ; CEBI, 2004.

SCHUSSLER, Regina. *Sacerdotisa sumérias*. Revista Historiador Especial. Número 01. Ano 03, julho de 2010. p. 9-17. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SCOTT, Joan W. A Mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Dir.). *História das Mulheres no ocidente*. v. 4, século XIX. Porto: Editora Afrontamento, 2001.

_____. Uma categoria útil de análise histórica. *Revista de Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 02, jul/dez, 1995.

SEMEM, Márcio André. O feminismo de Virginia Woolf e a literatura pós colonial. *Revista Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 111-121, 2008.

SILVA, Filomena Gentile da. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC. 2007-2012.

- SILVA, Marisa José Pardim da. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. *Acervo: Revista Acervo do Arquivo Nacional - Estudos de Gênero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2. p. 99-124. Jan./dez. 1996.
- _____. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- SZUBRIS, Elisandra Benedita. *O processo de nomeação da cidade de Mirassol D'Oeste-MT*, Unemat, 2013.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. *As mulheres e a história: uma introdução metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.
- TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 29-62, 1994.
<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>. Acesso em: 28 nov. 2016.
- TRIVINOS, Augusto N. Silva. *Introdução às pesquisas em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2006.
- UEMURA, Naomassa. *A Fundação de Araputanga*. Cuiabá em 20 de junho de 1997.
- ULRICH, Claudete Beise. *Relações de gênero*. Estudos sobre Gênero. São Leopoldo, 2. ed. Sinodal, 2014.
- VALÉRY, Paul. De l'histoire. In: *Regard sur le monde actuel et autres essais*. Tradução de Jacy Seixas. Paris: Gallimard, 1945.
- _____. Filósofo, escritor e poeta francês da escola simbolista cujos escritos incluem interesses em matemática, filosofia, poesia e música. Disponível em: <<http://www.escritas.org/pt/t/19327/a-historia-e-o-produto>>. Acesso em: 02 dez. 2016.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. De Alda Baltazar e Maria Auxiliadora. Kneip. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 09, n. 2, p. 460-481, 2001.
- XAVIER, Altina Cândida. *Entrevista transcrita*. Acervo digital do CHEC, 2007-2012.
- ZUBRIS, Elisandra Benedita. *Cáceres e Região: Nomes que fazem história*. Cáceres, Unemat, 2014. p. 31. Disponível em:

<http://portal.unemat.br/media/oldfiles/linguistica/docs/dissertacoes2014/elisandra_benedita_szubris.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.